



ERRATA

Na ata circunstanciada da [19ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI](#), de 3 de agosto de 2023, pertencente ao processo SEI nº 00001-00008706/2023-96, informo que, no **item extrapauta nº 2**, onde se lê:

“Discussão e votação do Requerimento nº 181/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Solicita à Subsecretaria de Inteligência – SI, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até a sua desmontagem em 9/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, público, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros, com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário”.

Leia-se:

“Discussão e votação do Requerimento nº 181/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Solicita à ABIN, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde o seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até sua desmontagem em 09/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, públicos, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros, com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário”.

E, no **item extrapauta nº 7**, onde se lê:

“Discussão e votação do Requerimento nº 180/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Solicita à ABIN, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde o seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até sua desmontagem em 09/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, públicos, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros, com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário”.

Leia-se:

“Discussão e votação do Requerimento nº 180/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Solicita à Subsecretaria de Inteligência – SI, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até a sua desmontagem em 9/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, público, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros, com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a

expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário”.

Brasília, 7 de agosto de 2023.

MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL
Chefe do Setor de Taquigrafia



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 07/08/2023, às 16:12, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1287590** Código CRC: **6736B841**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1287590v6



ERRATA

Na ata circunstanciada da [19ª Reunião Ordinária](#), de 3 de agosto de 2023, constante do processo SEI nº 00001-00008706/2023-96,

Onde se lê:

“Discussão e votação do Requerimento nº 178/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Requer a convocação do senhor Saulo Moura da Cunha...””.

Leia-se:

“Discussão e votação do Requerimento nº 176/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Requer a convocação do senhor Saulo Moura da Cunha...””.

Brasília, 8 de agosto de 2023.

MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL
Chefe do Setor de Taquigrafia



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 08/08/2023, às 18:31, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 1289889 Código CRC: 362E1669.



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 3 DE AGOSTO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H03MIN

TÉRMINO ÀS 13H42MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do DF para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Estando presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Fábio Félix, o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Martins Machado, substituindo o deputado Robério Negreiros, há quórum regimental.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados, dispostos pelo plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria.

I – Expedientes.

Sobre a mesa, a seguinte ata da reunião anterior:

– [Ata da 18ª Reunião Ordinária](#), de 29 de junho de 2023.

Tendo em vista que a ata é do conhecimento de todos, pergunto aos deputados se podemos dar como lida e aprovada a referida ata.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota “sim”.

A referida ata está aprovada com 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Há uma série de requerimentos aqui para serem submetidos à aprovação do plenário.

III – Requerimentos Administrativos para discussão e votação:

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 167/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Requer a convocação do General Carlos José Assumpção Penteado para prestar depoimento a respeito dos atos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023”.

A exemplo dos outros generais que prestaram depoimento aqui, o representante do comandante-geral do Exército ponderou se seria possível transformarmos a convocação em convite, com a certeza do comparecimento do general Penteado.

Portanto, eu pergunto ao deputado Fábio Félix se podemos transformar em convite.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Estou de acordo, presidente. É claro que, avaliando até aqui o cumprimento desse acordo, o mais importante para esta comissão é a presença do general. Eu estou de acordo com a transformação da convocação em convite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu também vou no mesmo sentido do deputado Fábio Félix. Não podemos fugir de umas regras que já estabelecemos e que são importantes. Na linha do deputado Fábio Félix, o importante para nós é esses depoentes estarem nesta casa. Então, estou de acordo também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Martins Machado?

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Também estou de acordo, presidente. Porque esta CPI tem um objetivo e se compara com a presença do depoente para prestar esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu também estou de acordo.

O referido convite está aprovado por 4 votos favoráveis. Registrando 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 169/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Requer à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) todos os relatórios de inteligência a respeito dos atos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023”.

Em discussão. (Pausa.)

Deputado Pastor Daniel de Castro, a assessoria me alerta que esse requerimento já foi aprovado na última reunião que tivemos. Portanto, nós vamos retirá-lo de pauta tendo em vista que ele já está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 170/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Requer a convocação do senhor Saulo Moura da Cunha, Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência para prestar esclarecimentos a esta CPI”.

Eu sei que existe um requerimento também da autoria do deputado Pastor Daniel de Castro que tem o mesmo teor do requerimento agora em análise. Portanto, deputado Pastor Daniel de Castro, nós estamos transformando esse requerimento na assinatura do senhor e do deputado Hermeto. Pode ser assim?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pode, senhor presidente. De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação, senhor presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, senhor presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 171/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Requer à CPMI dos Atos de 8 de janeiro de 2023 o fornecimento de informações obtidas por essa Comissão Parlamentar de Inquérito".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, senhor presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu também voto pela aprovação.

O requerimento está aprovado por 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se V.Exa. quiser aumentar a quantidade de votos, o deputado Thiago Manzoni, na condição de suplente, acaba de chegar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ainda não nos foi informado se o titular irá comparecer. Ainda não veio a informação.

Item nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 172/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer à Pousada Casa do Claus, localizada na Vila Planalto – Brasília DF, dados do início, término e demais informações quanto à hospedagem do senhor Alan Diego dos Santos".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Também voto pela aprovação.

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 173/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer o convite do Major do Exército, José Eduardo Natale de Paula Pereira, então militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar informações sobre a manifestação do dia 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 174/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer ao Ministro do Supremo Tribunal Federal – Alexandre de Moraes, o compartilhamento dos IPM'S produzidos pela Polícia Militar".

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, este requerimento diz respeito a uma solicitação feita por todos nós junto com V.Exa. quando estivemos com o ministro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Exato.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso seria algo produzido. Ele até destacou um juiz do seu gabinete para que compartilhasse com a CPI. Até agora nós não obtivemos nada do Supremo Tribunal Federal e, por isso, apresentamos este requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tranquilo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Passarei a presidência ao deputado Fábio Félix em razão de o próximo requerimento ser de minha autoria. Portanto, não posso presidir esta reunião.

Deputado Fábio Félix, informo também que altero a palavra convocação para convite. Onde se lê convocação, leia-se convite.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Deputado Chico Vigilante, como o Requerimento nº 173, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, já foi aprovado, consideraremos o Requerimento nº 175/2023 aprovado com a assinatura do deputado Pastor Daniel de Castro e do deputado Chico Vigilante. Portanto, não precisaremos submeter à votação o Requerimento nº 175/2023.

Solicito à assessoria que confirme isso.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 178/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a aprovação de convocação do Sr. Armando Valentin Settin Lopes de Andrade, na condição de testemunha, para prestar depoimento perante a CPI dos Atos Antidemocráticos".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Devolvo a presidência ao deputado Chico Vigilante.

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós temos aqui alguns requerimentos extrapauta. Eu vou submetê-los à apreciação para que possamos limpar a pauta para a próxima reunião.

Os requerimentos seguintes foram apresentados agora há pouco, por isso ainda não foram numerados. Iremos numerá-los após sua apreciação.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 181/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "solicita à Subsecretaria de Inteligência – SI, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até a sua desmontagem em 9/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, público, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros,

com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação do Requerimento extrapauta nº 182/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Solicita à ABIN, cópia dos Relatórios de Inteligência, das Frações de Inteligência, grupo de WhatsApp e seus integrantes, relacionados aos atos antidemocráticos do dia 08 de janeiro de 2023”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 183/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “solicita à ABIN, informações quanto a influenciadores digitais que de alguma forma tiveram participação nos atos do dia 08/01/2023”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 184/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Solicita à Polícia Militar do Distrito Federal informações quanto a eventos, manifestações, atos públicos e missões ocorridas no Distrito Federal, durante e após intervenção federal, que estiveram à frente ou tiveram participação".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 179/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Solicita à Subsecretaria de Inteligência – SI, a integra de todas as Frações de Inteligência e/ou Alertas de Inteligência que foram difundidas na Célula de Inteligência de Segurança Pública – CIISP, texto, áudio, foto e vídeos, de forma a contextualizar o número de público, chegada de caravanas/ônibus, ânimo dos participantes, fechamento de vias, porte de objetos (rádios de comunicação, máscaras, vinagre, rojão e outros), saída antecipada dos participantes para Esplanada dos Ministérios no dia 08/01/2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Esse é o requerimento mais completo que já vi, porque procura saber até os cabras que estavam com vinagre. Até então, eu achava que vinagre era só para temperar carne.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 180/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Solicita à ABIN, todas as informações produzidas quanto ao monitoramento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, desde o seu surgimento em 1º de novembro de 2022 até sua desmontagem em 09/01/2023, incluindo informações quanto a manifestações, lideranças, financiadores, públicos, tendas, banheiros químicos, carros de som, e outros, com fotos e vídeos do local, com especial destaque a imagens aéreas que demonstrem a expansão e contração do acampamento em frente ao QGEx, assim como disposição e estrutura no local, com data e horário".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação, presidente.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Terminamos a fase de apreciação dos requerimentos.

Chegou mais do 1 requerimento de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 178/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer a convocação do senhor Saulo Moura da Cunha...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, esse requerimento já foi apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Juntamos esse requerimento e ele já foi aprovado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado. Essa é a eficiência da assessoria para que nada escape aqui. Estão de parabéns!

Hoje retomamos os trabalhos após o recesso de julho. O calendário de oitivas para o mês de agosto foi publicado no *Diário da Câmara Legislativa* do dia 30 de junho de 2023.

Neste mês estão previstos os seguintes depoimentos: hoje ouviremos o senhor Flávio Silvestre de Alencar, major da Polícia Militar do Distrito Federal. Dia 10 de agosto será a vez do senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro do Estado da Justiça e Segurança Pública e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. No dia 17 de agosto ouviremos o senhor Leonardo de Castro Cardoso, diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal. Dia 24 de agosto ouviremos o senhor Mauro César Barbosa Cid, tenente-coronel do Exército Brasileiro. No dia 31 de agosto está previsto ouvirmos o senhor Reginaldo de Souza Leitão, coronel da Polícia Militar, mas ele se dirigiu a esta CPI com provas de que ele havia adquirido uma viagem antes

da convocação que fizemos. Portanto, vamos substituí-lo por outro depoente, o Armando, referente ao requerimento que acabamos de aprovar. Nesse dia ouviremos 2 pessoas: o Armando – requerimento que acabamos de aprovar – e o cacique Serere.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o requerimento referente ao cacique Serere já foi aprovado; o outro requerimento já foi aprovado?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse outro nós acabamos de aprová-lo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Obrigado. Só para deixar claro, porque, se não tivesse, teríamos que aprová-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor Armando Valentin será ouvido nesse dia.

IV – Oitiva de Depoente:

Oitiva do depoente senhor Flávio Silvestre de Alencar, major da Polícia Militar do Distrito Federal.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o senhor Flávio Silvestre de Alencar, major da Polícia Militar.

O Requerimento nº 159/2023, que trata desta convocação, é de autoria do deputado Fábio Félix.

Portanto, que venha ao plenário o major Flávio Silvestre de Alencar para o depoimento.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major Flávio Silvestre de Alencar, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha; e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda que tenha envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Pergunto se o senhor está sendo assistido por um advogado neste momento. (Pausa.)

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor presidente. Estou acompanhado de um advogado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

Registro a presença do nosso relator que estava em outra missão, que não vou dizer qual, mas eu sei que era difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Flávio, que cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023? Quando assumiu tal posto na Polícia Militar? Quais eram as suas atribuições no 1º CPR, o Comando de Policiamento Regional, e a área que esse CPR deve fazer o policiamento preventivo e operacional? Quais batalhões da Polícia Militar estavam sob seu comando do dia 8 de janeiro de 2023? Qual efetivo o senhor comandava? Quem o escalou para comandar a tropa naquele dia?

O senhor terá todo o tempo que achar necessário para responder essas perguntas, porque elas interessam muito a todos nós e creio que por aqui podemos começar a chegar na verdade.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Senhor presidente, bom dia. Agradeço a oportunidade. Agradeço a Deus de estar aqui presente. O meu intuito aqui é poder esclarecer tudo e contribuir para a elucidação dos fatos. No dia 8 de janeiro eu era major na Polícia Militar do Distrito Federal. Eu, à época, ocupava o cargo de subcomandante do 6º batalhão, Batalhão Esplanada, mas, na época, eu

estava de comandante em exercício. Fui escalado para distribuir o policiamento no dia 8 pelo comandante do 1º Comando de Policiamento Regional, coronel Casimiro. Fui escalado verbalmente no sábado à noite, por volta das 17, 18 horas. A missão que foi passada para mim era somente fazer a distribuição do policiamento no terreno na Esplanada. Eu não recebi nenhuma ordem de serviço, não recebi nenhuma escala. Eu não sabia, no domingo, quais eram os efetivos que eu iria receber para fazer a distribuição do policiamento ali na Esplanada. E, como eu não sabia o efetivo que eu iria receber, então, inicialmente, o coronel Casimiro informou que às 7 horas da manhã eu iria receber uma companhia do 1º CPR, do Comando Regional. O Comando Regional é composto por alguns batalhões da área central, como o 1º Batalhão, Asa Sul; o 3º Batalhão, Asa Norte; o 5º Batalhão, Lago Sul; o 6º Batalhão, Batalhão Esplanada; o 24º Batalhão, Lago Norte. Se eu não me engano são esses. Então, policiais dessas unidades foram apresentados, uma companhia, e se eu não me... Eu tenho anotado aqui no meu relatório... Foram apresentados para mim, do 1º CPR, 43 policiais militares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quarenta e três?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Quarenta e três. E foi apresentado, também, uma companhia operacional do Comando de Policiamento Especializado, que são policiais do Batalhão Rural, do Batalhão de Trânsito. Eu recebi 57 policiais. Então, inicialmente, às 7 horas da manhã, eu recebi esse quantitativo para fazer a distribuição no terreno. Como eu bem falei para V.Exa., não me foi passada nenhuma escala de serviço. Então, eu não sabia que efetivo eu iria receber.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria que o senhor esclarecesse isso, ouviu, deputado Hermeto, para ficar muito claro aqui para nós. O senhor foi escalado informalmente? Não houve uma ordem de serviço assinada e transmitida para o senhor? Foi dito para o senhor que o senhor iria receber policiais para comandar. E, na hora, pelo que o senhor está falando aqui, parece que eram cerca de 100 policiais para toda aquela atividade que aconteceu. É isso mesmo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É. De fato, eu fui escalado verbalmente, exatamente como V.Exa. está falando. Eu fui escalado verbalmente no sábado, por volta das 17, 18 horas, fui escalado verbalmente. A minha missão era fazer a distribuição de policiamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É comum escalar comandante verbalmente?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor. Nesses meus...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi a primeira vez que o senhor foi escalado verbalmente?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Nesses meus 17 anos de serviço, eu nunca fui escalado verbalmente para atuar numa operação ou numa manifestação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não achou estranho o senhor ter sido escalado verbalmente para uma operação tão importante?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Bom, como eu já havia... como eu era comandante da área, eu imaginaria que eu iria somente ali... Como eu já estava acostumado a trabalhar em outras manifestações ali na área do 6º Batalhão, já comandeí manifestações pequenas de estudantes, de enfermeiros, manifestações tranquilas, então eu imaginei que o comandante da operação, o coronel Casimiro, ele queria que, inicialmente, eu fizesse a distribuição dos policiais no terreno e ele iria assumir, como ele era o comandante, ele ia assumir depois a manifestação, quando, de fato, os manifestantes iriam fazer o deslocamento à Esplanada. Então, realmente me chamou a atenção. Eu já imaginaria que, possivelmente, eu poderia estar ali no dia 8, no domingo, mas, realmente, chamou a atenção eu ser escalado verbalmente, mas não era uma ordem ilegal. Então, tudo bem. Se ele me escalou verbalmente, *ok*, eu vou cumprir essa ordem; mas, de fato, oficialmente não tem nenhuma escala, oficialmente não tem nada que diga que eu tinha que fazer essa missão de distribuir o policiamento lá na Esplanada. Então, oficialmente, pela Polícia Militar, não há nenhuma escala informando que a missão do major Flávio Alencar era essa, que a missão do major Flávio Alencar era comandar policiamento, a missão do major Flávio Alencar era distribuir policiamento. Não, não tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major, o senhor participou do planejamento tático operacional da polícia para os atos dos dias 1º de janeiro de 2023, dia da posse do presidente Lula? Como foi o planejamento operacional nesse evento e qual foi o efetivo empregado pela Polícia Militar, principalmente o efetivo do 1º CPR, empregado nos eventos citados acima?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu não participei desse planejamento. No dia da posse, eu não participei de nenhum planejamento. No *Réveillon*, eu fui escalado – e aí, sim, uma escala formal com ordem de serviço –, eu fui escalado para ser o subcomandante da operação *Réveillon*. Então, qual era a minha missão? Houve uma escala de serviço. No *Réveillon*, o comandante da operação era o tenente coronel Nobre, e eu era o subcomandante. Então, estive presente, participei do *Réveillon*, que, graças a Deus, foi em paz, foi tranquilo. Além disso, eu tinha uma outra missão além da do *Réveillon*. Uma missão que foi paga para mim era garantir que a Esplanada estivesse isolada para que não houvesse qualquer tipo de invasão. Infelizmente, aqui, em Brasília, a gente teve aqueles casos de atentado a bomba. Então, havia uma preocupação muito grande para que não houvesse esse tipo de situação, essa tragédia, uma possível tragédia na posse presidencial. E uma das missões que me foram atribuídas era que, após o *Réveillon*, eu ficasse responsável por garantir a segurança e o isolamento da Esplanada. E assim foi muito bem feito. No dia 1º, quando foi por volta das 6 horas da manhã, eu entreguei, de fato, a Esplanada segura. Como todos nós sabemos, a posse presidencial foi muito tranquila e foi muito segura. Mas eu não participei, excelência, de qualquer tipo de planejamento na posse presidencial.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor participou da execução?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. A execução só até o início, garantir a segurança. Mas, no dia 1º, eu não trabalhei; na posse presidencial, eu não trabalhei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Às 6 horas da manhã, o senhor entregou o serviço com tudo em ordem?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. A missão foi cumprida, muito bem cumprida, e entregue sem alterações a Esplanada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O ex-subsecretário-executivo Fernando Oliveira, em depoimento a esta CPI, disse que a Polícia Militar do Distrito Federal falhou. Ele ainda disse que não houve planejamento operacional por parte da Polícia Militar e que nem mesmo a ordem de serviço foi confeccionada – e o senhor já confirmou aqui as palavras do Fernando de que realmente não houve uma ordem de serviço.

Eu pergunto: o que o senhor tem a dizer sobre isso? Pois, segundo consta do depoimento do coronel Casimiro, ele teria escalado o senhor para comandar as tropas. Então, pergunto: quais ações foram acordadas e deveriam ser postas em prática pela Polícia Militar? A quem cabia confeccionar o planejamento operacional da Polícia Militar, no qual deveria constar efetivo, número total de policiais e o local em que eles estariam alocados, número de viaturas, uso de equipamentos não letais para conter multidão? Nada disso foi feito. Por que, major, nada disso foi feito?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, se o senhor me permite, eu preciso... Como é que funciona...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor terá todo o tempo para nos esclarecer.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Obrigado, excelência. O que acontece? Na estrutura da Polícia Militar do Distrito Federal, a gente tem ali o DOP. O DOP, que chamamos de Departamento Operacional, é uma grande estrutura dentro da Polícia Militar do Distrito Federal, com várias subestruturas. Inclusive, por exemplo, os batalhões operacionais fazem parte do DOP, é uma estrutura dentro do DOP. O que acontece? Segundo o Plano de Operações nº 002 do DOP, ele diferencia o planejamento entre eventos e manifestações. O que são eventos? Por exemplo, *shows* na Esplanada; por exemplo, a parada LGBT é um evento, o Sete de Setembro é um evento, *Réveillon* é um evento.

Então, esses grandes eventos são planejados pela subchefia de operações do Departamento Operacional – é uma outra estrutura dentro do Departamento Operacional. Manifestações são de planejamento dos comandos regionais. Aí, alguns dos senhores podem perguntar: e onde entra o DOP nisso? O DOP é como se fosse um elo de ligação. Então, por exemplo, o comando regional faz um planejamento. Aí ele fala para o DOP: “DOP, eu preciso de tantas viaturas, eu preciso de tanto policiamento”. Aí, ele solicita para o DOP, e o DOP solicita: “DOP, eu preciso do Choque”. Aí ele vai e faz... É como se ele fosse o meio logístico. Ele vai oferecer tudo que... O comandante que está planejando, ele solicita, e o DOP está ali como facilitador. Onde que eu entro nisso? Eu entro como... Eu estou em nível de batalhão. O DOP está em nível estratégico; o comando regional, tático; e o batalhão está na situação operacional. Então, eu estou ali na situação de execução das ordens de serviço dos planejamentos que são feitos. Então, excelência, por que eu estou falando isso para V.Exa.? Eu quero dizer que aos planejamentos eu não tenho acesso. Eu não faço parte do planejamento. Eu estou ali como 6º Batalhão, recebendo uma ordem de serviço do comando regional, e ali eu executo. Então, funciona dessa forma. Então, por exemplo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor recebeu uma ordem de serviço?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o senhor, afinal de contas, comandou o quê, se não havia ordem de serviço, não havia policiamento, não havia nada lá para fazer?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – A Esplanada... Com o tempo, a gente, trabalhando na Esplanada... É como eu gosto de falar: poucos sabem, mas a média de manifestações na Esplanada, em que o 6º Batalhão às vezes é empregado, a gente tem uma média de 2 a 3 manifestações/dia. É um batalhão que tem muita experiência em lidar com manifestações – manifestações de pequeno a grande porte. Então, a gente lida com isso. Então, quando o coronel Casimiro determina, me dá uma ordem para fazer a distribuição de policiamento no terreno, ele é meio que básico. Como é que funciona? Quando vai se iniciar uma manifestação, o básico é primeiro isolar a Esplanada. A gente precisa isolar a Esplanada para que não entrem pessoas que queiram esconder objetos, que possam causar confusão, que possam agredir, que possam ferir e até mesmo matar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois é, mas ele deu uma ordem por telefone para o senhor, não é? O senhor confirmou isso aqui. Ele não disse para o senhor qual efetivo o senhor iria comandar.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que o senhor disse aqui, o senhor chegou lá e não havia efetivo para comandar.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Efetivo muito pequeno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso já tinha acontecido outras vezes?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Olha, a informação...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob o comando do senhor, aconteceu alguma vez de o senhor chegar lá para comandar e não haver o que comandar?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É, um efetivo muito pequeno. Já aconteceu de eu comandar... Por exemplo, teve uma manifestação da UNE, no ano passado, em que eu comande. De fato, tinha uma quantidade pequena de policiais militares empregados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas havia, não é?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Mas tinha. Tinha.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E dessa vez não havia, não é?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Tinha muito pouco. O total de policiamento que eu recebi no dia 8, que se apresentou para mim, foi um total de 311 policiais militares. Por que o que acontece?

Deixe eu explicar para V.Exa., se o senhor me permite. Quando eu cheguei ao terreno, eu não tinha acesso a nenhum tipo de escala, eu não sabia qual era o efetivo que eu ia receber. Então, quando eu cheguei de manhã, o coronel Casimiro liga para mim e fala o seguinte: "Flávio, você vai receber 2 companhias agora de manhã. Por volta das 10 horas você vai receber o efetivo do CFP". O efetivo do CFP podia ser 10 como podia ser 500, eu não sabia. *Ok*, tranquilo.

Então, de manhã, chegaram os policiais do 1º CPR e policiais do Comando de Policiamento Especializado. Como eu estava explicando a V.Exa., chegando esse efetivo, já o empreguei nos pontos para fazer o isolamento da Esplanada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor empregou um efetivo de quantos policiais?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Inicialmente, na parte da manhã, 43... Cem policiais militares aproximadamente. Por volta de 100 policiais militares, inicialmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para fechar a Esplanada.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Para fechar a Esplanada. Por volta das...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não achou estranho isso, não?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Então, como o coronel Casimiro estava à frente, eu imaginei: "Poxa, ele deve estar sabendo o que está fazendo. Ele fez o planejamento, ele deve ter solicitado os efetivos." Como a minha missão ali era somente distribuir o policiamento, eu falei: "Tudo bem". Ele falou que iriam chegar outros efetivos...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E chegaram os outros efetivos?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Chegou um efetivo do CFP.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quantos?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – De 178 policiais militares – 178. E, depois, por volta das 13 horas, chegou o último efetivo que foi apresentado para mim, que foi uma companhia operacional do 2º CPR, com aproximadamente 70 policiais militares. Foi esse efetivo que me foi apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando o efetivo se completou, qual era o total de policiais militares?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Por volta de 311 policiais militares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, antes, os senhores tinham todo aquele tipo de informação das redes sociais, de que o pessoal queria invadir, de que iriam derrubar o governo, de que iriam invadir os palácios? Tudo isso estava circulando, não estava?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. Eu me recordo que, no dia 4 de janeiro, numa quarta-feira, o coronel Casimiro me manda uma mensagem, o *fôlder Tomada do Poder pelo Povo*. Ele manda para mim. Só que ele fala para mim que a inteligência do 1º Comando Regional estava ali averiguando, acompanhando, e que ele iria fazer o planejamento conforme fosse evoluindo a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele mandou esse *fôlder* para o senhor e não fez planejamento nenhum?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Será que ele estava a fim de tomar o poder também?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Bom, excelência, o que eu posso afirmar para o senhor é que ele, realmente, falou que iria, ali, fazer o planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Entretanto não fez.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Tanto é que, durante a semana, ele mandou algumas

ordens de serviço para eu executar. Por exemplo, ele manda uma ordem de serviço para mim para que eu empregue policiamentos: uma viatura ao lado do Itamaraty e uma viatura ao lado do Ministério da Justiça, porque ali tem algumas barreiras de plástico, algumas barreiras. Então, qual era o intuito? Que, se houvesse alguma descida de manifestantes, esses policiamentos pudessem fechar as vias e evitar descer para a Praça dos Três Poderes, não é? Ele mandou outra ordem de serviço para mim também, na sexta-feira, para que eu empregasse o GTOP e o GPE. O que é o GPE? GPE é um grupo de pronto emprego do 6º Batalhão, que é um grupamento que atua diretamente nas manifestações. É um grupamento que é como se fosse um grupo intermediário entre a tropa convencional e a tropa de choque. Então, ele pediu para aplicar. Assim, eu não posso ser leviano de falar que ele não fez planejamento. Mas, de fato, não foi me entregue, no domingo, nenhuma ordem de serviço e nenhuma escala de serviço dos efetivos. E, a ordem de serviço de todas as manifestações na área da Esplanada, ela deixa muito claros a quantidade de policiais, os comandantes, quais são os locais de emprego. Como eu não recebi isso, esse tipo de documento, eu fui fazendo a distribuição do efetivo conforme a minha experiência de 6º Batalhão, que já tinha atuado em outras manifestações ali, no terreno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, para V.Exa., que é policial, as coisas estão começando a ficar claras. Veja bem isto quem está assistindo a nós. O coronel Casimiro manda, na quarta-feira, um fôlder para o major Flávio. Esse fôlder alertava que os manifestantes estavam programando uma possível tomada do poder. Isso na quarta-feira. No domingo, ou melhor, no sábado à noite, ele o escala informalmente e não dá efetivo algum para combater aquilo de que ele havia sido avisado antes.

Portanto, eu acho que estamos começando a chegar a uma linha de investigação em que nós vamos – conforme V.Exa. tem dito aqui, muitas vezes – individualizar as condutas e responsabilizar quem tem de ser responsabilizado, porque hoje a responsabilidade é toda jogada em cima da corporação como um todo. Pelo que está sendo dito, chega-se à conclusão de que a Polícia Militar não é responsável por isso, mas que há pessoas da Polícia Militar que são responsáveis.

Faço mais perguntas ao senhor.

O senhor saberia informar o efetivo utilizado no dia da posse presidencial, o efetivo policial, o efetivo utilizado preliminarmente no dia 8 de janeiro de 2023? O comandante do DOP, coronel Paulo José, prestou todo o apoio necessário à operação? Qual foi o efetivo empregado por cada batalhão? O Batalhão de Choque, o Bavop, o Batalhão de Polícia Montada estavam no teatro de operações desde o início da manifestação ou estavam com a tropa de sobreaviso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, em relação à posse presidencial, realmente eu não posso, eu não tenho como responder, até porque eu gostaria de deixar muito clara a diferença muito grande que há – por mais que eu seja um oficial superior – entre um major e um coronel. Estou falando aí de quase 10 anos de diferença, mais de 10 anos de diferença entre um major e um coronel. Então, como eu não participei de nenhum... E lembrando a minha função ali, eu estava na função mais operacional, em nível de batalhão; então, eu não participei dos planejamentos. Eu confesso para o senhor que eu realmente não consigo dizer para o senhor o quantitativo empregado. Com relação ao dia 8, o que acontece? Em termos de policiais que foram apresentados para mim, por volta de 311 policiais foram os policiais que se apresentaram para mim. Com relação às tropas especializadas, o que eu tinha era a Rotam. Na verdade, por volta de umas 9 horas da manhã, o comandante da Rotam, tenente-coronel Cláudio Peres, chega lá na Esplanada. Ele conversa comigo e ele fala que a Rotam já estava com outra missão. A missão da Rotam era fazer o patrulhamento nas imediações do hotel Meliá, onde o presidente Lula estava hospedado; fazer a segurança, o patrulhamento. Então, necessariamente a Rotam não estava ali. Até então, para mim, foi a única tropa especializada de que, de fato, eu tinha conhecimento que estava no terreno. Porém, toda manifestação... O que eu gostaria de falar, se o senhor me permite, é sobre o combo das especializadas, que são: BPChoque, Rotam e Cavalaria, que são o básico; e BPCães também. O Bope, eventualmente, também é acionado, aí ele atua nas manifestações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles estavam lá nesse dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor. Eu gosto de falar que o Choque Montado é imprescindível para uma atuação de choque. Uma linha de choque é composta pelos policiais do BPChoque e, na retaguarda, obrigatoriamente, eu tenho a Cavalaria. Como a gente gosta de falar, a cavalaria é a *ultima ratio* de uma operação de distúrbio civil, de retomada do controle, da retomada da ordem quando a ordem pública é quebrada. E no dia dos fatos? O efetivo do BPChoque que tinha era de 2 pelotões de Patamo. Então, o Choque não estava completo, a Cavalaria não estava completa...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dois pelotões de Patamo são quantos policiais?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Trinta policiais aproximadamente. Tinha um pequeno efetivo do Choque também no local.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quantos policiais do Choque?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não me recordo, excelência, mas algo em torno também de 30, 35 policiais militares, por volta dessa quantidade de policiais. O Choque, a Cavalaria... O Choque Montado não estava presente, o que tínhamos era uma pequena fração da Cavalaria. Inclusive, todos nós vimos que aquele policial militar que estava a cavalo em frente ao STF foi agredido. Mas o que temos ali era uma quantidade mínima de cavalaria. E não tinha BPCães, não tinha Bope. O BPChoque, o Choque mesmo, não estava presente, não tinha. O Batalhão de Choque mesmo, em peso, também não estava presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sendo que o coronel Casimiro tinha mandado para o senhor um fôlder dizendo que iam tomar o poder. Não foi isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor. No dia 4 ele mandou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não mandou no dia 4?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Dia 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Alertando sobre a tomada do poder?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, no dia 8, não havia nada? Não estava o Choque? Não havia nada lá?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. Major, em depoimento à Polícia Federal, o coronel Paulo José disse que o comandante do 1º Comando de Policiamento Regional seria o responsável por realizar o planejamento operacional do dia 8 de janeiro de 2023. Isso é verdade? O coronel Paulo José também disse, em seu depoimento à Polícia Federal, que foi o coronel Casimiro que escalou o senhor, major Flávio Silvestre de Alencar, para comandar tropa no teatro de operações. Isso é verdade? Por que o teatro de operações ficou sob o comando de um major? Por que o coronel Casimiro ou o coronel Paulo José não comandaram a tropa no teatro de operações naquele dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, é como eu falei para o senhor: no Departamento Operacional, a gente tem o Plano de Operações 002/2020, que estabelece as responsabilidades das estruturas do DOP para fazer os planejamentos. Como eu havia falado, existe uma diferença entre manifestação e eventos. De fato, manifestações são de responsabilidade dos comandos regionais. No caso, do 1º Comando Regional. Com relação a eu estar comandando, como eu falei para V.Exa., eu não estava comandando. Quem era o comandante da operação era, sim, o comandante do 1º Comando Regional, coronel Casimiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o Casimiro estava comandando de onde nesse dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Então, na parte manhã, ele não apareceu. Inclusive, no dia em que ele me escala para serviço verbalmente, ele informa para mim: “Flávio, você vai amanhã de manhã distribuir o efetivo no terreno; por volta das 13 horas, 13 e 30, eu vou estar no terreno para

acompanhar a marcha dos manifestantes”, conforme estava previsto no Plano de Ações Integradas da Secretaria de Segurança Pública. E, assim, ele estava, por volta de umas 13 e 30, 13 horas... Entre 13 e 13 e 30, ele já estava no terreno. Tanto é que ele informou, via rádio da PM, que ele estava no terreno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas ele estava sozinho, sem os policiais.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É... Ele... A marcha... Ele acompanhou a marcha dos manifestantes pela via N1, acompanhado também pelo policiamento de trânsito, que também veio ali escoltando a marcha. Então, ele veio junto com os policiais do BPTTran. Inclusive, durante a marcha, houve, sim, relatos... Eu fiquei sabendo, no dia seguinte, que, durante a marcha, houve prisões de manifestantes portando fogos de artifício, portando estilingues, bolas de gude. Então, durante a marcha, foram detectados manifestantes portando esses objetos, e eu tomei conhecimento de que houve prisões durante essa marcha. E o coronel Casimiro estava acompanhando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major, o senhor ou o coronel Naime agiram dolosamente para retardar o emprego da tropa após as invasões e depredação dos prédios públicos? O senhor sabe os motivos que levaram o ministro Alexandre de Moraes a determinar a sua prisão preventiva?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu estou preso há 73 dias preventivamente. E os motivos da minha prisão, eu acredito muito que possam ser um grande mal-entendido. O que é que acontece? A gente precisa contextualizar as coisas, porque, infelizmente, foi criada uma narrativa inverídica sobre essa situação da retirada das viaturas dali do lado do Congresso, o que, infelizmente, acabou com a... Não é que a retirada das viaturas contribuiu para a invasão do STF, mas criaram esta narrativa que eu saí com as viaturas, e houve a invasão do STF. Então, a gente precisa contextualizar os fatos. Antes dessa retirada das viaturas, eu estava ali, do lado do Palácio do Planalto. Eu estava junto com um pelotão de Patamo. Estávamos ali, combatendo manifestantes, vândalos. Inclusive, quando estávamos juntos com esse pelotão de Patamo, eu vi os 2 policiais militares do BPChoque que foram promovidos por atos de bravura. Eles estavam gravemente feridos. Eles estavam gravemente feridos. Em um determinado momento, um sargento chegou para mim e falou: “Major, estão acabando as munições de baixa letalidade”. E, aí, eu falo para ele: “Ok. Segurem aqui que eu vou lá na Via S1”, onde estava o outro pelotão de Patamo – estava o Choque lá, atuando também, naquela outra linha. Eu falei: “Eu vou do outro lado para ver se eu consigo mais munições para trazer aqui para vocês”. E, aí, saio com a minha viatura. Aí é o que mostram as reportagens que saíram, que, infelizmente, não demonstram a realidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou fazer outra pergunta e vou exibir um vídeo. Aí, o senhor vai ter tempo para explicar isso melhor.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major, o que o senhor tem a dizer sobre uma mensagem enviada pelo senhor a um grupo de conversa entre militares, dizendo, abre aspas: “Na primeira manifestação, é só deixar invadir o Congresso”. O senhor sempre quis que tais invasões ocorressem? O senhor é contra a democracia, o Estado democrático de direito e contra as instituições constituídas?

Eu vou passar o vídeo, e o senhor vai ter tempo para responder e esclarecer efetivamente essa questão.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por favor, o vídeo.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho que, agora, o senhor vai poder esclarecer perfeitamente essa situação, major.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Obrigado, excelência. Então, de início, eu gostaria de dizer e afirmar para todos que eu não sou contra a democracia. Eu não sou contra. Muito pelo contrário. Eu sou um policial militar e fiz um juramento para salvar vidas e garantir a ordem pública. Esse foi o meu juramento. E eu sempre vou seguir. Nesses meus 16 anos, quase 17 anos, de serviço, eu sempre tive a minha carreira, eu sempre conduzi os meus trabalhos, eu sempre mantive a ética, eu sempre mantive o ímpeto de sempre servir da melhor forma possível, de sempre fazer o meu melhor. Então, sempre sou a favor da democracia – esse é o nosso regime. É como eu já havia dito, infelizmente, criaram uma narrativa inverídica em relação a mim. Eu vou primeiro falar sobre a mensagem e depois eu começo a explicar direitinho como foi aquele vídeo, o vídeo da saída das viaturas. Sim, eu falei mesmo aquela mensagem. Aquela mensagem foi dita num grupo. Uma mensagem infeliz. Uma mensagem infeliz! Porém, presidente, a gente precisa contextualizar os fatos. Primeiro ponto: aquele grupo em que foi postada aquela mensagem infeliz era um grupo que não era um grupo institucional. Era um grupo lúdico, era um grupo em que a gente ali debatia várias coisas, conversava assuntos aleatórios; eram postadas reportagens; fazíamos brincadeiras quando times de futebol perdiam. Normal, isso acontece. Então, era um grupo lúdico. Outro ponto que é interessante deixar claro: não era um grupo institucional, era um grupo de amigos. Outro ponto: aquela mensagem foi postada no dia 20 de dezembro, nem imaginávamos que haveria o dia 8 de janeiro. Nem imaginávamos! Outro ponto: em nenhum momento essa mensagem foi dita para questionar eleições, questionar urnas eletrônicas. O cerne do comentário, que era uma brincadeira – porque, ao final, infelizmente, as mídias jornalísticas não retrataram veridicamente, tem um “kkk” embaixo –, o cerne da discussão era sobre o Fundo Constitucional. E todos nós sabemos que o Fundo Constitucional é importantíssimo para o DF, não só para a segurança pública, para o funcionamento da nossa segurança pública, mas também para o funcionamento da nossa saúde, da nossa educação. Então, o Fundo Constitucional é muito importante para o Distrito Federal. O intuito daquela brincadeira – daquela brincadeira –, excelência, foi: “Poxa, sem o Fundo Constitucional, a polícia pode ser sucateada e vai acabar sendo invadido o Congresso”. Uma brincadeira infeliz, sim. Tão infeliz que eu e minha família estamos sofrendo os reflexos dela: estou preso há 73 dias. Mas, como eu falo, para mim é um grande mal-entendido. E eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui para explicar. Esse comentário nunca refletiu todas as minhas ações durante os meus 17 anos aqui na Polícia Militar. Sempre atuei de forma ética, sempre atuei de forma profissional. No dia 25 de dezembro, após essa mensagem, como todos podem lembrar, houve uma tentativa de invasão ao STF por um grupo de indígenas. Eu, como subcomandante do 6º Batalhão, sempre atuei junto à seção operacional do meu batalhão para empregar de forma eficiente o policiamento da área da Esplanada e eu nunca deixei o STF descoberto, sempre houve uma viatura ali cobrindo. Graças a essa viatura, no dia 25, ela conseguiu acionar o policiamento de forma rápida, de forma eficiente. O policiamento chegou de forma rápida e frustrou a tentativa de invasão do STF. Era Natal, eu estava com a minha família, deixei a minha família, coloquei a farda e fui para o STF no Natal. Então, assim, essa mensagem – infeliz, como eu disse para V.Exa. – nunca refletiu as minhas atitudes e nunca refletiu o meu profissionalismo na Polícia Militar. Nunca. Como eu falo, foi uma mensagem, infelizmente fora de contexto, que associaram à saída da viatura, que eu vou explicar agora para V.Exa. E eu acredito que esse mal-entendido é a motivação de eu estar preso aqui há 73 dias. Como se deu essa situação da viatura? Como havia dito para o senhor, eu estava lá, junto com uma um pelotão de Patamo, do lado do Palácio do Planalto, e informaram para mim que já estavam acabando as munições químicas. Desloquei. E, aí, é quando mostram, em muitas reportagens, a minha viatura chegando. A viatura branca. E eu desembarco. Eu abordo um policial do Choque que estava ali na via S1, ali ao lado do Congresso, e falo: “Olha, estão acabando as munições químicas, as munições de baixa letalidade, do pelotão de Patamo que está ao lado do Palácio do Planalto”. E eles viram para mim, o sargento fala para mim: “Comando, aqui está acabando também”. Poucos minutos depois, me aborda o sargento Ortiz, o motorista do comandante-geral. E ele me aborda e fala: “Major, o ajudante de ordens acabou de me ligar falando que ele, outros policiais e o comandante-geral estão cercados e feridos dentro do Congresso”. São vidas. Quando eu estava lá no Palácio do Planalto, eu já tinha visto quão grave estavam feridos os 2 policiais que foram promovidos por ato de bravura do BPChoque. Então, diante dessa situação, eu abordo o tenente Martins e falo: “Martins, eu preciso dessas viaturas,

de 4 dessas viaturas do Patamo que estão aqui para ir resgatar o comandante-geral". E eu tive muita... Às vezes, eu fico impressionado comigo mesmo como eu tive a tranquilidade de observar que aquelas viaturas, aqueles policiais daquelas viaturas não estavam sendo entregados, eles estavam ali, porque também estavam sem munições de baixa letalidade. Aqueles policiais, nenhum deles saiu da linha de choque, porque a linha de choque já estava atuando. E eu falo com muita tranquilidade, porque eu tive a oportunidade de ser chamado pelo ex-interventor, doutor Cappelli, numa reunião na Secretaria de Segurança Pública em que ele me deu a oportunidade de explicar – assim como eu estou explicando para V.Exas. –, e ele entendeu, ele compreendeu tudo que eu... as minhas ações ali no local. Então, diante dessa situação, o que eu fiz? Eu embarco as viaturas – e os senhores vão ver nas reportagens que eu faço esse aceno com a mão. Esse aceno com a mão não é para tirar a linha de choque. Eu não dei essa ordem como algumas reportagens, de forma equivocada, falaram de mim. Eu não dei essa ordem. Estou chamando, fazendo esse movimento com o braço, para que as viaturas entrem no comboio, para que possamos entrar no Congresso e resgatar os policiais militares feridos e o comandante-geral. O que tínhamos naquele momento? Tínhamos 3 acessos para a chapelaria do Congresso Nacional. Primeiro, pela frente do Congresso Nacional, não tinha como, porque já estava tomada. Tínhamos o acesso pelo anexo A do Senado, que fica ali ao lado do Palácio do Planalto. Também não tinha como acessar por ali, porque estava tomado de manifestantes. O único caminho que tinha disponível era acessarmos a garagem do Senado pela via N2. E assim foi feito. Desloquei em comboio, desci a S1. A Praça dos Três Poderes já estava tomada por manifestantes. Desloquei pela via N1, de frente do Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto já estava invadido. Infelizmente, daquela equipe de Patamo que estava ao lado do Palácio do Planalto, acabaram as munições de baixa letalidade. Não tiveram muito o que fazer. Já estava invadido.

Desci a N1, acessei pelo GSI, acessei a N2 e, pela garagem do Senado, eu acesso a chapelaria do Congresso. Quando eu desço da chapelaria do Congresso, eu encontro o coronel Paulo José. Ele estava sozinho, sendo hostilizado. Eu o abordo com os pelotões da Patamo e falo: "Coronel, o senhor está ferido?" "Não, Flávio, não estou ferido." "Cadê o comandante-geral e os outros policiais?" Ele falou: "Flávio, eu não sei". Eu falo: "Coronel, fica aqui com a Patamo". Quem conhece ali o Congresso sabe que a gente sobe a chapelaria e tem uma escadaria, uma escada que dá acesso ao Salão Verde, que acessa a frente do plenário. E nisso o sargento Ortiz, que tinha me informado dessa situação, informado que o comandante-geral estava lá dentro, ele estava comigo em todo momento, porque ele era o meu elo de ligação (*sic*). Era ele que estava em contato direto com o ajudante de ordens. Então, quando eu tento subir a escadaria para acessar o Salão Verde, que já estava tomado de manifestantes, os manifestantes: "Não sobe, não sobe, não vai subir". E, para evitar um confronto: "Ok, eu não subo". Só que, como no mandato passado eu havia sido ajudante de ordens do ex-vice-governador Paco Britto, eu já tinha ido várias vezes ali ao Congresso, e eu sabia que tinha um caminho alternativo. Então, nesse momento, chega um policial legislativo, eu o abordo e falo: "Amigo, é o seguinte, me leva lá ao plenário pelo caminho alternativo, porque aqui pela escadaria não dá". E assim ele me leva. Eu deixo a fração da Patamo embaixo, perto da escadaria junto com o coronel Paulo José, e sobem eu e o sargento Ortiz para o plenário, onde o ajudante de ordens tinha informado que eles estavam. Chego lá no plenário, eu imaginei que o comandante-geral estava lá, e ele não estava. O capitão Josiel estava com o ouvido sangrando. Ele estava com uma lesão no ouvido. Inclusive, essa lesão, hoje, é permanente. Ele perdeu parte da audição por conta do ferimento que ele sofreu lá dentro. E o sargento Cleiton Diniz estava ferido com sangramento no braço. E eu abordo o ajudante de ordem e falo: "Josiel, cadê o comandante-geral?" Ele falou: "Major, eu não sei". O que eu pensei na hora? Podem ter pegado de refém. Imagine fazer uma operação de desobstrução com uma crise lá dentro, uma crise de refém. Fazer uma desobstrução já é uma coisa complicada, imagine tendo uma situação de refém ali dentro. E aí eu falo para o Josiel: "Pode ficar aqui que eu vou lá ver se eu consigo achá-lo". Quando eu saio na frente do plenário, eu me deparo com aquela quantidade de manifestantes ali. E eu falo para os senhores... Deputado Hermeto, trabalhamos juntos em 2018 naquele serviço voluntário gratificado, o senhor, que é policial militar, sabe quando a gente se depara com uma situação em que a gente tem medo. Eu tive medo. Eu olhei aquela quantidade enorme de manifestantes. Eu falei: "Pô, se eu entrar aqui, esses caras vão me matar". Fiquei com medo. Fiquei com medo, comecei a pensar no meu filho,

na minha esposa. Fiquei com medo, mas eu virei para o sargento Ortiz e falei: "Vamos lá, vamos procurar o 01". "Vamos, major, estou com o senhor." "Então, vamos". E andamos assim, andamos no meio dos manifestantes, fui agredido, tentaram tomar minha arma. E, quando eu cheguei em casa, no final do dia 8, eu vi as lesões no meu braço, nas minhas pernas, mas eu tinha que saber se o comandante-geral tinha sido pegado de refém. Não que eu ia fazer alguma coisa, mas informar que o comandante-geral estava ali e tinha sido tomado de refém. E depois de andar ali no meio dos manifestantes, ter sido agredido, eu retorno para o plenário, porque eu sabia: "Poxa, de refém, aqui, ele não foi pego". E aí quando eu retorno para o plenário, eu faço uma ligação para o coronel Fábio Augusto, converso com ele, e ele fala: "Flávio, Flávio, Flávio". Eu falo: "Coronel, cadê o senhor?" Ele falou: "Flávio, acabei de sair aqui do STF". Falei: "Coronel, o senhor está com quem? O senhor está ferido?" Ele falou: "Flávio, estou ferido, estou indo para o STF. Flávio, você está com o Choque aí? Libera o Choque, o Congresso está invadido." Eu falei: "Coronel, eu estou com pouco efetivo aqui e eles estão sem munição de baixa letalidade, depois a gente retorna". E assim eu faço a extração do capitão Josiel, ferido, do sargento Cleiton Diniz, ferido, e do coronel Paulo José, que estava lá sozinho no meio dos manifestantes. Deslocamos, fomos de volta para a garagem do Senado e de lá nós nos deslocamos para a Via N1, onde estava o efetivo da PMDF, ali, aguardando a chegada do efetivo do sobreaviso e a chegada de mais munição química. Então, o que aconteceu – voltando à pergunta do senhor –: não houve tentativa de deixar invadir o STF, tanto é que eu falo para os senhores, assim que saíram as reportagens... E a reportagem, quando os senhores forem ver, transparece isso mesmo. Só que, se os senhores forem reparar aquele vídeo das reportagens, dá para ver que ele é claramente editado. O doutor Cappelli, ele me chamou, no dia seguinte, para uma reunião na Secretaria de Segurança Pública. Estava presente eu, o coronel Klepter – comandante-geral –, tenente-coronel Calebe – comandante do BPCoque –, e o tenente Martins, que estava na linha. O doutor Cappelli me recebe – foi muito cortês comigo –, pede para eu explicar – e eu dei toda essa explicação que eu dei aqui para os senhores –, e, depois que eu termino de dar as explicações, ele confronta o meu depoimento com os vídeos sem edição. E ele, ao final de ver os vídeos, vira para mim e fala: "Major, eu estou satisfeito, o senhor deve compreender que realmente a reportagem foi muito incisiva". E eu falei para o doutor Cappelli: "Doutor Cappelli, eu compreendo. Realmente, para quem assiste aos vídeos, fica parecendo que a saída das viaturas motivou a invasão do STF." Mas ele viu os vídeos. Quando eu saio com as viaturas, a linha de choque permanece, a linha de choque, ela não é recuada. Inclusive o coronel Naime não estava lá. Essa aqui foi uma decisão que, infelizmente, eu tive que tomar. É o dilema do policial militar: ele se depara... durante uma crise, ele tem frações de segundos para tomar uma decisão. Eu tive que tomar uma decisão, eu optei pela vida, eu optei por salvar vidas. Eu poderia estar aqui debatendo policiais que poderiam ter morrido, estarem mortos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major, esse seu depoimento está esclarecendo bastante coisa e está deixando um ponto, que para mim fica muito claro, de que esse pessoal não era pacífico. Não estava lá com a Bíblia na mão. Estava com porrete. Estava ameaçando de morte as pessoas. Tanto é que o senhor poderia ter morrido naquele dia.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não é isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eram pessoas violentas?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Violentas. Fui agredido lá dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor foi agredido lá dentro? Fale ao microfone. O senhor foi agredido lá dentro?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu fui agredido lá dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É sinal de que eram pessoas violentas.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Major, o ex-subsecretário Fernando Oliveira disse ainda que a coronel Cintia teria dito a ele que o efetivo empregado pela Polícia Militar do Distrito Federal seria de 600 policiais e que o coronel Casimiro teria afirmado a ela que o efetivo da Polícia Militar seria suficiente. Porém, documentos encaminhados pela Polícia Militar a esta casa de leis dizem que o efetivo seria de cerca de 200 alunos do Curso de Formação de Policiais e que o restante da tropa ficaria de sobreaviso. De quem foi a ordem para escalar esse número reduzido de policiais e acima de tudo para escalar os alunos de formação sem experiência em manifestações?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu não sei dizer para o senhor. Não posso ser leviano e falar que foi o coronel Casimiro. Eu não posso afirmar. Não sei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não sabe quem fez isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Major, “o senhor major Flávio Silvestre de Alencar, em seu depoimento à Polícia Federal, disse que foi escalado para comandar a tropa do dia 8 de janeiro de 2023 pelo coronel Casimiro e que ele não colocou policiais suficientes à sua disposição e ainda teria escalado 178 alunos do curso de formação, sem experiência para conter manifestantes”. Esse depoimento é verdadeiro?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. O coronel Casimiro me escalou verbalmente não para comandar a manifestação, mas ele me escalou para fazer a distribuição do policiamento. Lembrando que.... Deputado Hermeto, o senhor é policial militar e sabe muito bem que, a partir do momento em que temos o mais antigo presente, por mais que eu fosse o comandante, eu deixo de ser. Então, foram escalados, sim, policiais alunos do Curso de Formação de Praças. Foram por volta de 178. Esses alunos já haviam, sim, sido empregados em outras manifestações. Só que a gente precisa também entender que tipo de informação chegou. Eu, de fato, ali, estava executando ordens e não recebi nenhum tipo de informação. Mas a gente não sabia quais foram os fluxos de informações que o coronel Casimiro recebeu, que o coronel Fábio Augusto recebeu, que outros coronéis receberam para terem tomado essas decisões. Isso eu não posso afirmar. Não posso dizer para o senhor o que motivou a escalarem alunos – mais da metade dos policiais militares que foram apresentados eram alunos do curso de formação – e poucos policiais para aquela situação de desordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só para ficar claro, eu pergunto para o senhor: foi o coronel Casimiro o responsável por escalar alunos para enfrentar manifestantes que diziam, a todo momento, nas redes sociais, que iriam para o confronto, que iriam tomar o poder e que iriam invadir o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF? Ele foi o responsável pela escala?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu não sei informar para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Certo.

O senhor é um policial experiente certamente, com mais de 20 anos de serviços prestados. Deve ter participado de centenas ou até mais operações em manifestações na Esplanada dos Ministérios.

Indago ao senhor: não seria papel das tropas especializadas da Polícia Militar – Batalhão de Policiamento de Choque e Regimento de Policiamento Montado, entre outros batalhões especializados – a intervenção para impedir a invasão aos prédios dos 3 Poderes da República? Não deveria haver, no local, um cordão de isolamento composto de tropas especializadas em conter multidão, com equipamentos não letais, tipo gás lacrimogêneo, bomba de efeito moral e munição não letal?

Faço a seguinte indagação: esses cuidados não tinham que ser tomados logo de início, diante das informações da inteligência, que diziam que era grande a possibilidade de confronto com as forças de segurança e a invasão dos prédios?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu vou falar de uma forma um pouco técnica e, por gentileza, se o senhor ou algum dos nossos parlamentares não compreender, eu explico, tento

explicar de uma forma que fique mais fácil a compreensão. Na doutrina de policiamento da Polícia Militar do Distrito Federal, a gente trabalha sempre com a doutrina do uso progressivo da força. Então, o que é que acontece? Tropas especializadas – como BPCoque, Rotam, Cavalaria – são tropas repressivas. São tropas que a gente emprega quando realmente a gente precisa tomar..., em que teve uma quebra da ordem e precisamos dessa tropa para fazer o restabelecimento da ordem. Quando empregamos um cordão de policiamento já com a tropa repressiva, a gente já está utilizando o grau máximo do uso progressivo da força. Então, o que é que se deve fazer? A doutrina de policiamento. A gente utiliza...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. Mas o senhor tinha recebido um fôlder, um *banner* do coronel dizendo do chamamento para a tomada do poder.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, ele estava avisado.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tanto é que avisou para o senhor.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que é que ele não tomou as medidas antes?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Só que a ideia é a gente reforçar com o policiamento convencional. Se o senhor for observar as diversas manifestações que temos na Esplanada, nas linhas de contenções, a gente já não emprega o Choque. A gente emprega bastante policiamento convencional. Bastante policiamento convencional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não empregaram, major.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Pois é. Mas, aí, né... Enfim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem foi a culpa de não empregar o convencional, já que não foi do senhor, porque o senhor recebeu um comunicado à noite de que iria comandar, chegou lá e não havia nada para comandar?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu não posso chegar aqui – seria muito leviano – e falar: “Ah! Foi o coronel Casimiro”. Porém ele era o responsável de fazer o planejamento. Aí eu não posso ser leviano de falar aqui se ele tratou alguma coisa com o coronel Paulo José, se ele recebeu alguma informação, se sugeriram para ele que não escalasse mais policiais. Eu não posso ser leviano de fazer tal acusação. Porém, eu afirmo para o senhor que, para aquele cenário de quebra da ordem, como o do dia 8, sim, para aquele cenário, deveria ter mais policiamento – tanto da tropa convencional quanto da tropa especializada repressiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O coronel Naime, em depoimento prestado a esta casa, disse que o efetivo empregado pela Polícia Militar no dia 8 de janeiro causou-lhe estranheza. E também disse que ele estava de folga e não foi responsável pela convocação do efetivo para o dia 8 de janeiro de 2023.

Indago novamente: quem foi o responsável – para não dizer irresponsável – pelo emprego do baixo efetivo por parte da Polícia Militar no dia 8 de janeiro de 2023? Major, quem foi o responsável por isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, como eu falei para o senhor, eu não posso ser leviano de falar que foi esse, porque eu não participei do planejamento. Eu não sei que... A responsabilidade de fazer o planejamento era do comando regional, mas eu não sei o que é que o coronel Casimiro tratou com outros policiais, outros coronéis, inclusive com a Secretaria de Segurança Pública. Eu realmente não posso afirmar, porque eu não participei de nada. O coronel Casimiro, com certeza, deve ter tido tratativas com o coronel Paulo José, com a Secretaria de Segurança Pública.

Então, assim, eu não posso ser leviano de falar “o culpado é esse”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas há culpado, não é?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, tem culpados. E eu tenho muita esperança de que isso tudo possa ser revelado e tudo isso possa se tornar claro, tudo isso o que está acontecendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu estou fazendo todas essas perguntas, major, porque já foi dito aqui que havia gente naquele acampamento que disse que era enviado dos extraterrestres. O cara chegava e dizia: “Eu sou um ET e estou aqui no meio de tudo”. E, à medida que vão se desenvolvendo os depoimentos, parece que foi obra do ET mesmo.

O nosso objetivo é encontrar os responsáveis e individualizar as condutas – e o senhor pode ajudar nisso –, para que possamos, efetivamente, dizer: o responsável é fulano, beltrano e sicrano. O que não se vai ficar – não é, deputado Hermeto? – é sem responsável, porque há responsáveis e os responsáveis serão indicados.

Major, o senhor foi indiciado em IPM da corregedoria da polícia. O senhor poderia nos dizer por qual crime militar o senhor foi indiciado? Qual a fundamentação para o seu indiciamento? Além do senhor, quais oficiais da Polícia Militar foram indiciados pela corregedoria da Polícia Militar e por quais crimes militares foram indiciados?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, até onde eu tenho conhecimento – o meu advogado também tem conhecimento –, eu não fui indiciado em nenhum inquérito até o momento. No inquérito que foi aberto pela corregedoria, pelo DCC, eu não fui indiciado. Eu respondi o inquérito civil pelo Ministério Público Federal e também não fui indiciado. E, até então, até onde eu tenho conhecimento – não é, doutor Andrew? –, são 2 inquéritos abertos e eu ainda estou na condição de investigado. Ainda não fui denunciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não está indiciado ainda?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

Deputado Hermeto, V.Exa. está com a palavra, pelo tempo que achar necessário, para fazer as perguntas.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, senhor presidente.

Primeiro, quero pedir desculpas pelo meu atraso. V.Exa. sabia que eu estava em outra missão. Mas consegui chegar a tempo. Vamos lá!

Eu conheço o major Flávio. O seu pai era praça.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Não? Oficial, não é? Não. É o outro major que...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É o pai do outro major.

DEPUTADO HERMETO – Que é praça. Eu trabalhei com o major Flávio. Tiramos muitos serviços juntos. Serviços voluntários, serviços extraordinários também. Um oficial exemplar. Tido, dentro da corporação, como um oficial exemplar. Cumpridor de ordens.

Eu vou dizer aqui: eu não sei nem por que o senhor está preso. E vou dizer mais: o que o senhor fez no grupo de WhatsApp... Eu fiz um comentário infeliz. Comentário de futebol. Estou processado. Já em primeira instância, deram-me 2 anos. Eu estou recorrendo ao tribunal, aos desembargadores. Comentário infeliz que alguém printou e mandou por eu ser deputado. Por estar deputado, porque eu não sou. Eu sou policial. Por estar deputado, alguém printou, no grupo de futebol, que não gosta de mim. Futebol de amigos, mas houve alguém lá que não gosta, pegou e mandou para a imprensa: “Olha o que o deputado está falando sobre isso, isso e isso.” E eu estou respondendo. Infelizmente, um comentário infeliz.

E eu sei exatamente o que é isso nos grupos de policiais militares. Eu saí de todos os grupos. Eu até brinco e falo: Deus fez o WhatsApp para mandarmos mensagens, mandarmos foto do remédio de que precisamos, e o diabo, com inveja, fez os grupos. É uma fofoca! E eu sei que o senhor não tinha esse pensamento. Quem nunca fez um comentário infeliz em um grupo? Quem nunca? Mostre-me alguém que nunca fez. Quem nunca?

Eu não sei por que o senhor está preso. Eu sabia que aquela imagem do senhor retirando as viaturas era para atender a outra coisa que estava acontecendo. Jamais o senhor retiraria aquela viatura para deixar os caras invadirem. Eu estou de frente para um major cuja história dentro da Polícia Militar eu conheço. O senhor é um garoto. Para mim, é um garoto. Um garoto que tem uma carreira brilhante dentro da corporação.

Eu fico até constrangido de estar aqui, mas vou cumprir o meu dever como relator e como membro desta CPI. Vou fazer algumas perguntas ao senhor. Mas já digo para a imprensa que este major é exemplar dentro da Polícia Militar. O que levou a sua prisão foi esse infeliz comentário, o que levou a minha condenação também.

Major, de que forma o senhor foi escalado? O senhor já disse que foi verbalmente, pelo coronel Casimiro.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – O senhor também disse... O deputado... o presidente Chico Vigilante fez algumas perguntas sobre... "O senhor é major superior?" Quando chega um coronel, o senhor não manda mais em nada.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Se houver qualquer operação, e chegar um superior... Eu sou subtenente. Se houver um sargento comandando uma viatura e eu chegar, o comandante sou eu. O sargento já sai, o primeiro sargento já sai. A mesma coisa acontece com os oficiais. O tenente está lá. Se chega um capitão, o tenente não responde mais. Essa é a nossa hierarquia. Ela é bem clara.

O coronel Casimiro convocou-o verbalmente, o que não é comum. Eu sei que não é. Não houve ordem de serviço para os atos de 2023. Não há ordem de serviço.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Nenhum documento?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu não recebi nenhum documento.

DEPUTADO HERMETO – Volto a dizer: houve um acomodamento da nossa corporação. Viemos de trabalhos exaustivos, de uma eleição conflitante. Dia 7 de setembro, todo o efetivo mobilizado; posse do presidente Lula, todo o efetivo mobilizado. E esses bandidos – foram bandidos que entraram, que tentaram agredi-lo e agredir o comandante-geral, que tentaram pegar sua arma. Não eram patriotas, eram bandidos –, planejaram exatamente para aquele dia, para aquele domingo, depois da posse... Eles sabiam que havia uma certa acomodação. Muitos policiais nem tiraram férias. Muitos tinham uma escala de serviço dobrada nesses últimos tempos, não é verdade?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Verdade.

DEPUTADO HERMETO – Todos estavam cansados. Mas, infelizmente, aquele que não previu isso terá que responder, o oficial que não previu o planejamento do que poderia acontecer. O planejamento estará no meu relatório.

O senhor não tem culpa. O senhor cumpre ordens. O cara pega o telefone à noite e fala assim: "Você está escalado". O senhor vai dizer o que para o coronel? "Não. Não vou, não. Onde está a ordem de serviço? Dê-me por escrito". "O senhor está preso, major. Está questionando a ordem do coronel?" É assim ou não é?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Quem tem que responder é o coronel, porque ele é coronel e recebe para isso. Quanto mais você sobe de patente, mais responsabilidade você tem.

Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor informou que, no seu entender, o responsável pela operação no dia 8 de janeiro era o coronel Casimiro. É isso mesmo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor. Era o comandante da operação. Ele estava lá num... Quando a coisa se deu, ele não estava lá. Ele chegou por volta, entre 1 e 1 e meia da tarde.

DEPUTADO HERMETO – Quando a coisa já estava derramando?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não. Não, senhor. A quebra da primeira barreira de revista – eu inclusive estava lá e, por isso, sei precisar até o horário, porque eu assisti aos vídeos com o doutor Cappelli, na Secretaria de Segurança Pública – foi às 14 e 25. Eu estava lá. O coronel Casimiro acompanha a marcha, inclusive, ele estava presente na linha de revista quando ela foi furada pelos manifestantes.

DEPUTADO HERMETO – Olhe, as imagens do tal vídeo, se você não as contextualizar, isso fica difícil. A cena dos policiais tomando água. Não havia nenhuma quebradeira em volta deles. Não havia nem planejamento para levar água para os policiais, nem comida. Não é verdade?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É verdade. Quando eu sou escalado verbalmente, no sábado... O deputado Hermeto sabe que eu passei mais da metade da minha carreira trabalhando na área operacional, então eu sempre tive esse cuidado com a tropa. Quando o coronel Casimiro me escala verbalmente no sábado, uma das primeiras coisas que eu falei para ele foi: “Coronel, a gente tem água e comida para a tropa?” “Flávio, não tem”. Eu falei: “Coronel, a gente precisa de água e comida para a tropa. Pelo menos, água”. Então, eu sugeri a ele que pudesse fazer gestão com relação a, pelo menos, água e comida. A gente sabe que o mês de janeiro é um mês muito quente em Brasília. E, de fato, no dia 8, no domingo, não tinha água. Quem conseguiu providenciar um pouco de água para a tropa foi a coronel Cíntia, que conseguiu fazer gestão junto à Caesb; não muito, mas ela conseguiu um pouco de água para a gente fazer a distribuição para a tropa.

DEPUTADO HERMETO – Eu já fiquei 15 horas na Esplanada dos Ministérios, em pé. Para utilizar um banheiro, nós tínhamos que pedir por favor para o vigilante do ministério. É assim mesmo. Você fica lá, o pau quebra, e você tem que estar lá.

Quanto à barreira de que o deputado Chico Vigilante falou, o major está certíssimo. Emprego progressivo da força. Se você pegar o Bope e colocar logo de cara, ele vai estraçalhar. E aí? Não pode. Primeira barreira, segunda barreira, até a última instância. Não sei se estou certo: última instância é a Cavalaria? É o Bope?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não. Para controle de distúrbios civis, é a Cavalaria.

DEPUTADO HERMETO – É a Cavalaria. Passou por todos, pelos cavalos, não passa. Não passa, meu amigo. Com um cavalo enorme para cima, o cara pode ser o mais vândalo, o mais perigoso do mundo, que ele treme. A Cavalaria era para chegar e arrear. A Cavalaria chegou quando?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – O Choque Montado chegou por volta das 17 e 30, porque ele não estava no terreno.

DEPUTADO HERMETO – Olhe a falta de planejamento. Se a Cavalaria estivesse lá, se o Choque estivesse lá, normal, não teria acontecido aquilo. Não teria. Os cabras que vieram para quebrar tudo poderiam ser os machos que fossem, mas não aguentariam o Choque com a Cavalaria. (Trecho removido a pedido do orador.) Para mim, aqueles camaradas ali não têm nada de patriotas. São bandidos e assassinos, porque me dá uma revolta e uma raiva tão grande chamarem de patriotas esses bandidos que agrediram e tentaram matar os policiais. São patriotas, deputado? O senhor concorda com isso? Eu acho que esses não estão presos. Nem todos estão. Há muitos pais e mães de família lá que não têm nada, que são os inocentes úteis que estão dentro da cadeia. Mas vagabundos, há muitos soltos.

O senhor recebia as ordens. O senhor ficou comandando mais ou menos até que horas? Quando chegou um coronel lá?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – O coronel Fábio Augusto chegou por volta das... Eu o vi, lá na Esplanada, por volta das 9 para 10 horas da manhã. Ele chegou ao terreno. Ele estava lá na Esplanada no período da manhã. Tinha outros...

DEPUTADO HERMETO – Então o senhor não comandava mais a partir das 9 horas.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É. Negativo.

DEPUTADO HERMETO – Não comandava.

O coronel Fábio é a última instância. Era um modelo dele estar no meio da tropa? Não. O comandante-geral é a última instância, ele não tem que estar no meio da tropa levando pedrada, não. Ele tem que estar dentro do ônibus. Se fosse uma operação bem planejada, o comandante-geral teria que estar dentro do ônibus planejando, olhando pelas câmeras. Estou certo ou errado? Ele tinha que estar no meio da tropa? Mas era o perfil dele.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É, o coronel Fábio sempre teve uma...

DEPUTADO HERMETO – Independentemente do perfil dele. Pelas nossas normas, o comandante-geral não é a última instância?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Positivo, última instância. O comandante-geral é o comandante geral mesmo. Ele é a última instância.

DEPUTADO HERMETO – Ele não tem que estar lá. Ele tem que estar no planejamento e no comando. Quem tem que executar são os outros. Por isso há a hierarquia. Mas é o perfil do coronel Fábio andar junto com a tropa. Ele é um cara extremamente cauteloso nisso aí, ele dá o exemplo. Ele não é aquele que fica no ar-condicionado, ele vai para a rua. Aí, há as consequências.

Major Flávio, quando o coronel Casimiro esteve aqui, ele se eximiu de qualquer responsabilidade argumentando, para tanto, que o senhor era o comandante da operação e que competia ao DOP, chefiado à época pelo coronel Paulo José, o planejamento da operação. O senhor concorda com isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Negativo, excelência, até porque nós temos, como eu citei, o plano de operações 002 do DOP, que estabelece... Mas não...

DEPUTADO HERMETO – Estou perguntando se o senhor concorda com o que o coronel Casimiro disse, que se eximia de tudo.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não. Eu não era o comandante de operação. Eu não era. Eu não era, até porque, excelência, não tem nenhum documento oficial assinado dizendo que eu era o comandante da operação. Eu não era. Se o senhor me permite, excelência, inclusive, eu não tive nem gerência do meu efetivo. Como eu havia dito para os senhores parlamentares, eu escalei o GPE por uma ordem de serviço que veio do 1º CPR para o GPE ser escalado no sábado e no domingo das 7 às 19. Quando ele me escala verbalmente para o domingo, ele me dá a seguinte ordem: "Flávio, o GPE é para escalar às 15 horas". E eu falo para ele: "Coronel, eu já conversei com o comandante do GPE, e está tudo certo. Deixe eles entrarem no horário normal, às 7 horas, que eu já deixei acertado que, se se estender o prazo do horário deles, eu depois os compensaria. Deixe eles entrarem cedo". Ele falou: "Não. É para entrar às 15 horas". Eu falei: "Sim, senhor". Então, nem gestão do meu efetivo, porque o GPE que estava era do 6º Batalhão, eu era o comandante da unidade e nem nisso eu tive gestão.

DEPUTADO HERMETO – Vamos fazer uma análise. O coronel passa a ordem para o major via Graham Bell, via telefone. Não há nada por escrito. O coronel ainda diz para que ele utilize o GPE às 15 horas.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor. Às 15 horas.

DEPUTADO HERMETO – O coronel se senta aqui e diz assim: "Eu, não. A responsabilidade é do

major". Ele disse aqui, sentado. Que oficial! Perdoem-me os oficiais que estão presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, permita-me um questionamento, para ficar mais claro ainda.

DEPUTADO HERMETO – Claro, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ao prestar atenção, fiquei... O major Flávio disse – precisamos que ele reafirme se é isso mesmo – que ele pediu para antecipar o trabalho – ou seja, convocar os policiais antes – e que o coronel Casimiro disse: "Não, Flávio. Só a partir das 15". É isso mesmo, major?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor, excelência. Eu peço para que o GPE mantenha, inclusive, o horário da ordem de serviço emitida por ele. Eu falei: "Coronel, deixa eles entrarem cedo no horário normal de manhã. Eu já acertei com eles que, se tiver que estender, eles vão estender e, depois, eu faço as devidas compensações". Mas ele afirma que não.

DEPUTADO HERMETO – Nessa hora, ele manda.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É.

DEPUTADO HERMETO – Depois, não manda.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Tanto é que, no horário que os manifestantes furaram a linha de revista na via N1, ele virou para mim e falou: "Flávio, Flávio, Flávio, cadê o GPE"? Eu falei: "Ué, coronel, o senhor não falou que era às 15 horas? O efetivo não chegou ainda".

DEPUTADO HERMETO – Doutor Bruno, delegado que nos assessora na CPI, eu quero nesse relatório precisamente o que o major falou, exatamente dessa forma. Por favor, doutor Bruno.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, tanto é que eu tive que refazer a escala de serviço do GPE. Após a ligação de ele me escalando verbalmente, eu ligo para o chefe da sessão administrativa do 6º Batalhão, Capitão Louzeiro, informo para ele a situação e peço para alterar a escala de serviço. Inclusive, eu tive esse cuidado de, já que mudou o horário, eu mudaria a escala de serviço deles.

DEPUTADO HERMETO – Difícil você inquirir alguém e fazer uma pergunta, no meu caso, porque eu conheço a competência dele. Eu lembro quando tiramos serviço. E o senhor preocupado o tempo todo com o serviço. "Subtenente? Sub Hermeto? Como está lá o policiamento?" "Está bom, major." Acho que o senhor era capitão ainda.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Capitão.

DEPUTADO HERMETO – "Capitão, está tudo tranquilo". Ele passava fiscalizando tudo. O senhor pode até errar, mas errar para mais, não para menos. Quando o senhor quis antecipar, eu sei exatamente que é do perfil do senhor. Eu não sei por que o senhor está preso.

O senhor se recusou a trabalhar em conjunto com a Força Nacional?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Vamos lá...

DEPUTADO HERMETO – Explique isso.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Vou explicar direitinho. Tem uma mensagem minha falando para o coronel Casimiro, dizendo o seguinte: "Coronel, eu não vou permitir que a Força Nacional atue". Eu falei isso não é no sentido: "Não! Não quero Força Nacional aqui!" Não era isso. A minha preocupação era a seguinte: seria muito complicado eu distribuir um efetivo no terreno e ter uma outra tropa que não é da Polícia Militar também empregada no terreno, onde eu não sei quem é o comandante. E a minha preocupação era: poderia haver interferência no serviço. Ou seja, imagine que tivesse um tenente-coronel da Força Nacional distribuindo efetivo ali no terreno. Por mais que ele não seja da Polícia Militar, ele é um tenente-coronel PM. Então, o meu intuito foi: "Se tiver qualquer tipo de interferência, eu não vou permitir a atuação deles aqui". Aí o coronel Casimiro até deixa claro: "Flávio, você não vai fazer nada do que eu não determinar. Você está aqui para cumprir as minhas ordens". E,

logo em seguida, eu falo: "Sim, senhor, *ok*. Sim, senhor". Aí, logo em seguida, ele me liga e fala: "Flávio, olha, calma, a atuação da Força Nacional vai ser somente para salvaguardar os prédios públicos". Eu falei: "Ah, então, tranquilo, coronel". Porque eu fiquei preocupado de ter também tropa distribuída no terreno. Então, foi nesse sentido. Tanto é que, de fato, no dia 8, antes da quebra da ordem, tinha viaturas da Força Nacional ali em frente aos ministérios, e, em nenhum momento, eu interfeiri no serviço deles, e eles também não interferiram no nosso serviço. Então, era mais para ter um controle do efetivo que estava ali no terreno. Foi somente nesse sentido. De forma alguma, não querer que eles atuassem, não querer que... Fomos lá... A Força Nacional são policiais militares. São irmãos de farda...

DEPUTADO HERMETO – De todo o Brasil...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – De todo o Brasil. São irmãos de farda e, em nenhum momento, vou ali estar contra eles. Muito pelo contrário, a minha preocupação era com o serviço.

DEPUTADO HERMETO – Entendi. É porque quando você está em uma... O comando único é muito importante. Você tem que ter um comando único.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

DEPUTADO HERMETO – Tanto é que, quando invadiram o Palácio do Planalto, não houve aquela cena em que o general disse aqui que houve uma divergência de comando dentro do Palácio do Planalto – mais ou menos assim? Depois, unificaram o comando, certo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

DEPUTADO HERMETO – Porque o militar, o policial, quando está em serviço, obedece a um comando único.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – E, excelência, se o senhor me permite deixar bem claro, eu não era o comandante da manifestação...

DEPUTADO HERMETO – Da sua fração...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. A minha preocupação era...

DEPUTADO HERMETO – Do seu grupo GPE...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – A minha missão era distribuir o policiamento no terreno. Eu precisava distribuir de forma tranquila, de forma correta, de forma eficiente para que, quando houvesse a manifestação, a Esplanada estivesse sem alterações, como foi feito no dia 1º de janeiro para a posse presidencial. Eu entreguei a Esplanada sem alterações. Então, a minha preocupação sempre foi nesse sentido de entregar a Esplanada sem alterações para manifestação.

DEPUTADO HERMETO – O senhor foi por quantos anos dessa tropa? O senhor estava no 6º Batalhão, não é?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Subcomandante do 6º Batalhão.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu fiquei no 6º 1 ano e 6 meses.

DEPUTADO HERMETO – O senhor começou na tropa de choque. O senhor foi da tropa de choque a vida toda.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu trabalhei quase 2 anos no 14º, Planaltina, onde passei bom tempo trabalhando no GTO. Trabalhei 6 anos na Rotam. Passei quase 2 anos no Choque. E, por último, aqui, trabalhando na área operacional, 1 ano e meio no subcomando do 6º Batalhão. E também trabalhei no Batalhão Rural.

DEPUTADO HERMETO – Há aqui uma pergunta que me passaram para eu fazer sobre o negócio do celular. Eu já fiz o comentário sobre o celular. E eu queria que os meus amigos parlamentares observassem uma coisa. A 7. Mas a pergunta 7 é longa demais! Está bom. Eu sempre

quero sair do roteiro, porque o momento é outro.

Major Flávio, dentro da Polícia Militar existe um protocolo chamado Plano de Operações nº 002/2020 – PMDF/DOP/Manifestações DF, que é uma normativa interna que replica e complementa o PrTI, manifestações à Secretaria de Segurança Pública. Certo? Esse documento basicamente classifica as manifestações do DF com 25 hipóteses de cenários – claro – para manifestantes e estabelece critérios para o uso gradativo do efetivo operacional da Polícia Militar. O senhor conhece o Plano de Operações nº 002/2020 – PMDF/DOP/Manifestações DF?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu tenho conhecimento dele, que esse documento existe, mas eu não tenho conhecimento aprofundado de tudo que se trata nesse documento.

DEPUTADO HERMETO – Pois bem. Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor afirmou ter achado estranho ter sido convocado para gerenciar o efetivo empregado no dia 8 de janeiro haja vista ser major e, por isso, geralmente ficava à frente das manifestações pequenas.

Ocorre que, quando analisamos o Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, da PMDF, nós encontramos a informação de que a manifestação do dia 8 não foi classificada como de risco elevado ou considerada de risco. Certo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Positivo.

DEPUTADO HERMETO – Ou seja, em tese, pelo menos quando da data do planejamento, a manifestação que viria a ocorrer era dada como pequena, e o senhor não poderia estar à frente se fosse uma manifestação grande.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito. Como eu já tinha afirmado aqui, já afirmei aqui para os senhores, manifestações pequenas eu já comandi, manifestações de estudantes, de enfermeiros, que não estavam excedendo um número de 800 policiais, de 1.000 policiais, entendeu? Mas, realmente, a quantidade de manifestantes que estava sendo divulgada, realmente já estava extrapolando e muito isso.

DEPUTADO HERMETO – Mas o que eu quero saber é o seguinte: as manifestações, na data do planejamento, foram dadas como pequenas? Quando lemos o Regimento Interno da PMDF, consta lá, no art. 77, que compete ao DOP planejar as grandes operações, previsão também expressa no art. 41 do Decreto Federal nº 10.443/2020, que “dispõe sobre a organização básica da PMDF”. Ou seja, a manifestação, segundo o próprio documento da PMDF, foi tratada como pequena, logo, não competia ao DOP o planejamento dela. Certo? Por outro lado, lá no Plano de Operações nº 002/2020, consta a informação de que “nos eventos, caberá ao comando da área, via de regra, o planejamento do emprego operacional e distribuição do efetivo no terreno”.

O que eu estou tentando dizer aqui, major, é que, pelo meu entendimento, no caso das manifestações do dia 8, pelos próprios normativos da PMDF, competia ao 1º CPR a responsabilidade pelo planejamento.

Eu estou correto ou o senhor consegue explicar melhor?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – O senhor está correto. Cabia ao 1º CPR fazer o planejamento.

DEPUTADO HERMETO – Satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos agora chamar pela ordem de chegada.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, por até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, presidente. Bom dia, ainda são 11 e 52. Bom dia a todos e todas que estão aqui e que acompanham esse depoimento. Bom dia, senhor Flávio Silvestre.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Bom dia, excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu quero começar a minha fala, hoje, primeiro, elogiando a respeitabilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo nosso colega deputado Chico Vigilante. Eu tenho ouvido muito isso nas ruas da cidade. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados tem sido até desqualificada pelo caos que se tornaram as sessões plenárias da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito lá, muita gente não quer sequer falar nos depoimentos, tendo em vista o caos que aquela sessão se tornou. Aqui o deputado Chico Vigilante imprimiu... Em certo momento, tentaram transformar em um caos, mas o deputado Chico Vigilante não permitiu, corretamente.

Neste momento, vimos que os depoimentos têm dado resultado, conseguimos ouvir os depoimentos, conseguimos não transformar esta CPI no que virou outras CPMIs brasileiras, que desqualificam, de alguma forma, o parlamento brasileiro.

Eu acho importante fazer este registro para dizer que o nosso objetivo é buscar responsáveis e apurar o que aconteceu, dada a gravidade do que aconteceu no dia 8 de janeiro e, de fato, dar mérito a quem tem mérito em relação a esse caso. Eu acho que a postura de todos os parlamentares, mas também a presidência do deputado Chico Vigilante, conduzindo para que não virasse o caos que viraram outras comissões parlamentares de inquérito, não o permitiram, mesmo que alguns tenham tentado, de alguma forma, fazer isso aqui.

Segundo, eu quero dizer que o depoimento do senhor é muito importante hoje e que o senhor tem falado algumas questões que são fundamentais. A primeira, sobre a gravidade dos erros de planejamento e operacionais cometidos pela gestão da Polícia Militar. Eu vou usar o termo "gestão" porque, se eu falo o termo "comando", parece que eu estou apontando o dedo para o comandante-geral. Não é o caso porque sabemos que existe uma hierarquia de responsabilidades sobre a qual temos nos debruçado, aprendendo, inclusive, a detalhar o que é responsabilidade de cada um. Espero que no relatório do deputado Hermeto conste a responsabilidade de cada um nesse processo de hierarquia. Mas eu acho que a falta de planejamento e de dado de gravidade daquela manifestação que ocorreu.

O deputado Gabriel Magno, em uma sessão da CPI, no semestre passado – e eu trouxe também, depois dele, esses dados algumas vezes –, disse que manifestações pequenas como da UNE, congresso da UNE ou manifestação da UNE e a parada LGBT tinham graus de gravidade relatados muito mais altos do que a manifestação do dia 8 de janeiro, e pudemos ver isso pelos planos operacionais. Agora, no dia 9 de julho de 2023, deputado Chico Vigilante, houve a parada LGBT de Brasília. Quase 100 mil pessoas na rua. Não houve invasão ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal; é o que me parece.

Existe um erro grave de avaliação das condições daquele dia, existe um erro grave de avaliação do perfil daqueles manifestantes, e já tínhamos elementos porque há muita gente que vende aqui que eram santos, inclusive, fazem vigílias na porta da Papuda para visitá-los o tempo inteiro porque era um bando de santos patriotas, mas não é o caso. E, do meu ponto de vista, está muito claro que não é o caso, inclusive pelo que o senhor sofreu dentro do Congresso Nacional. Quem estava ali batendo e imprimindo força estava cometendo um erro grave, e quem estava lá dentro aplaudindo também estava cometendo crime, porque era uma tentativa de golpe. Então, não eram santos, de lado nenhum, aqueles que estavam atuando dessa forma. Eu acho que isso é importante, porque os dados que você traz são de gravidade.

Eu queria voltar a uma questão. São várias as questões que eu queria trazer aqui, mas uma delas é a nomeação do senhor, supostamente, como chefe do comando na praça naquele dia. O senhor já disse que não é – e eu queria que o senhor confirmasse, por gentileza – procedimento padrão um major comandar uma operação daquela envergadura, correto?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É, daquela envergadura, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não seria.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não seria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor estranhou ser nomeado comandante operacional ou comandante informal? Eu vou chamar o senhor de comandante informal, já que o senhor disse que o padrão é uma ordem de serviço. Então, o senhor era o comandante informal da operação.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É, me causou estranheza, sim, o fato de eu ter sido escalado verbalmente. Mas é como eu já tinha informado aqui para V.Exa., ficou muito claro que a minha missão não era comandar a manifestação ou ser o comandante da operação e, sim, somente distribuir o efetivo. Então, como eu iria distribuir o efetivo? Pela parte da manhã... E, de fato, de manhã... Realmente foi tranquilo na parte da manhã. Eu imaginei: "Ok, eu vou lá," – até porque eu era o comandante da área – "eu faço a distribuição do policiamento. Porém, de tarde, quando a manifestação começar, de fato vai ter o comandante da operação ali presente". E eu estaria ali somente para, eventualmente, fazer algum apoio no policiamento – somente isso. Mas, de fato, me causou estranheza, porque em todas as manifestações o comandante da operação é munido de informações, ele participa do planejamento, fazem reuniões preparatórias. E, no caso, não aconteceu isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, uma pergunta: se, em uma manifestação daquela envergadura, não é comum a nomeação de um gestor para a manifestação – eu vou usar um termo que a população entende, um "comandante" para aquela operação – que é um major, então o ideal seria que um coronel, um tenente-coronel, ou uma tenente-coronel estivesse no comando, correto?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Correto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso já não seria um gesto da Polícia Militar, naquele momento, de distensionamento em relação à importância e à envergadura daquela manifestação?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, fica difícil de eu responder para o senhor, porque, como eu havia dito, eu estava ali na parte operacional. Eu não posso afirmar para o senhor o que estava sendo tratado na parte tática e na parte estratégica – o que os coronéis estavam conversando, o que eles tinham de informação, o porquê de eles decidiram fazer dessa forma. Então, como eu não tive contato, não participei de nada. Fica difícil, realmente, emitir qualquer tipo de juízo ou afirmar qualquer coisa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor estranhou o fato de não haver grupos táticos operacionais escalados e de prontidão, o senhor estranhou o fato de ter recebido apenas cerca de 311 policiais militares, porque o senhor saberia da envergadura daquela manifestação e o senhor estranhou também ser nomeado informalmente para comandar a praça na manifestação.

Então, o senhor não quer afirmar aqui, mas eu vou afirmar: existe uma negligência clara no processo de planejamento e execução operacional dessa manifestação como um todo. E a nomeação do senhor, com todo o respeito ao senhor, como major, é um gesto de distensionamento institucional, ou falta de compreensão da envergadura e dos objetivos daquela manifestação. Então, para mim, a sua fala traz uma reflexão de que esse é um erro grave.

Eu bato muito, major, com os outros deputados, na questão da divisão de responsabilidades. Vamos ver daqui a pouco, como isso vai se proceder. A principal responsabilidade para que manifestantes – de qualquer manifestação, mas especialmente de uma manifestação golpista como aquela, porque era golpista – não cheguem ao Palácio do Planalto, STF e Congresso Nacional, a responsabilidade fundamental é da Polícia Militar do DF e da Secretaria de Segurança Pública.

Os parlamentares, aqui, agora, estão mobilizados na luta pelo Fundo Constitucional. Este ano são 23 bilhões de reais, sendo que mais de 50% é para pagar a folha de pagamento dos policiais civis e militares, dinheiro federal, deputados, que, agora, estamos lutando para manter. Talvez, se não houvesse ocorrido aquilo, talvez tivéssemos muito mais margem para poder manter o Fundo Constitucional. Então, a responsabilidade fundamental... Não quero dizer que pessoas não tiveram outras responsabilidades, mas é preciso hierarquizar a responsabilidade.

Ouvimos muitas teorias aqui, mas a maioria não se sustenta de pé. Há a teoria dos infiltrados,

mas até agora não apresentaram um infiltrado sequer. Eles vão lá visitar os infiltrados toda semana. Se fossem infiltrados, os petistas é que deveriam estar visitando-os e não os membros do PL. Mas são os membros do PL que estão pedindo autorização, toda semana, para o Alexandre de Moraes, porque, agora, eles defendem os direitos humanos. Vão visitá-los no sistema prisional. Eu visito o sistema prisional sempre, porque eu sou defensor dessa área e presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas quem está indo visitar os infiltrados do PT é o PL. Toda semana, para proteger, para protestar. Há algumas coisas curiosas nessa teoria da... Acho que até falaram o nome dessa teoria, mas eu nem memorizei, porque ela é tão infundada, mas é importante fazer esse registro.

Quero fazer algumas perguntas sobre alguns temas, até para reforçar um pouco essa reflexão que estou fazendo aqui: a primeira é a diferença de sobreaviso e prontidão. Eu queria o senhor, mais uma vez, todo mundo fez esse esclarecimento aqui, fizesse também para nós.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, o que é o sobreaviso? Sobreaviso, o policial militar fica em casa, certo? Porém, ele fica atento a ser chamado, a ser acionado e, uma vez que ele é acionado, ele tenta se deslocar o mais breve possível para o quartel, para se equipar e se deslocar para o terreno onde a missão está sendo requerida. A prontidão, não. A prontidão, o policial militar fica já no quartel, equipado e fica pronto para ser empregado de uma forma mais rápida no terreno ou para executar uma determinada missão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Como o senhor avalia a decisão de deixar os policiais militares de sobreaviso e não de prontidão nesse dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, é complicado para mim emitir esse juízo de valor, em virtude de que quem tomou essa decisão foi o coronel Klepter, à época, subcomandante geral. Eu não posso ser leviano, aqui, para emitir qualquer juízo de valor. Primeiro, porque é uma transgressão de disciplina eu censurar ou criticar atos superiores. E eu também não posso ser leviano de afirmar que ele agiu de forma errada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, major, refazendo...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Porque não sei qual tipo de informação ele recebeu.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não, com certeza. Refazendo a minha pergunta: qual é o mais comum, em uma manifestação daquela envergadura, prontidão ou sobreaviso? Pela sua experiência, inclusive, de comando de outras manifestações, estando no batalhão em que o senhor está.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, depende. Por exemplo, no 7 de setembro, era um volume muito grande de manifestantes, e, realmente, a Polícia Militar foi decretada, sim, de prontidão. Porém, já houve outras manifestações de monta, parecidas com a de 8 de janeiro, em que os policiais ficaram de sobreaviso. Aí, é como eu falo: o grande x da questão...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aqui, a coronel Cintia disse que o mais comum era a prontidão. Então, o senhor discorda dessa afirmação dela?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Depende do tipo de informação que está chegando. Depende.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, acontecem os 2 casos?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Acontece. Já aconteceu.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que o fato de os policiais não estarem de prontidão, mas, sim, de sobreaviso, prejudicou a resposta da Polícia Militar nesse dia? Isso o senhor pode responder.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Posso. De fato, eu não posso ser leviano de falar que: "Ah, se as tropas estivessem de prontidão, evitariam o dia 8". Seria muito leviano da minha parte. Porém, se de fato a prontidão tivesse sido decretada e o efetivo chegasse de forma rápida, sim, talvez, muito provavelmente os danos seriam muito menores. Eu digo para V.Exa. que, quando a Polícia Militar é empregada com os meios corretos, com o efetivo correto, ela é extremamente eficiente.

Tanto é que, num espaço de quase 2 horas, 2 horas e meia, a Polícia Militar conseguiu tomar o controle de todos os prédios públicos e garantir o restabelecimento da ordem. A gente vê manifestações ao redor do mundo em que as polícias de outros países do mundo levam dias para restabelecer a ordem. Aqui, em 2 horas, 3 horas, a tropa de choque, o Batalhão de Choque e outros especializados conseguiram fazer, de forma eficiente, toda a tomada da ordem e a desocupação dos prédios públicos. Então...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas houve muita destruição antes, não é, major?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Senhor?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve muita destruição antes.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve erros operacionais, houve falta de efetivo.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. O efetivo, de fato, não foi adequado para aquela situação que se desenhava.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se não havia efetivo adequado o suficiente para responder, se estivessem de prontidão, teria sido mais rápida a resposta da Polícia Militar?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. A tropa chegaria mais rápido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os grupos táticos também estavam de sobreaviso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, também estavam de sobreaviso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Toda a tropa estava de sobreaviso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Toda a tropa estava de sobreaviso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

O coronel Casimiro – o senhor já esclareceu isso aqui um pouco –, no dia anterior, mudou o horário da chegada das 7 para 15 horas.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso, do GPE, de 7 para as 15.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De uma parte da tropa.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. Não era um efetivo muito grande, era um efetivo de aproximadamente 20 a 25 policiais militares do GPE, mas lembrando, essa tropa é uma tropa que ela é um intermediário entre a tropa convencional e a tropa de choque; é uma tropa do 6º Batalhão que está acostumada a lidar com manifestantes, com manifestação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Digamos que é mais operacional?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tomou conhecimento dessa decisão no dia 7 de mudança de horário?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. Ele deu essa ordem para mim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele deu essa ordem para o senhor?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. Tanto é que, quando ele me deu essa ordem...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor questionou essa ordem?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu questionei. Eu falei: “Coronel, deixa eles entrarem de manhã. Eu já conversei com o comandante do GPE. Se tiver que estender, já está acertado”. E ele falou: “Não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual foi a motivação dele para essa ordem que ele disse ao senhor?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não sei informar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, ele não motivou a ordem?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não motivou.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele só deu a ordem?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Ele só deu a ordem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E não a motivou?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

O senhor avalia que isso prejudicou a resposta da Polícia Militar no dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Essa tropa do GPE é empregada justamente ali na linha de revista onde foi furada. Também não posso afirmar e prever que, se a tropa estivesse lá, ela evitaria; porém, é uma tropa que poderia estar reforçando mais ainda a linha de revista.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Hum-hum.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Naquela linha de revista, se não me falha a memória, tinha por volta de 40 policiais militares. Mais 20 policiais equipados, talvez, poderiam fazer uma dispersão ali, e, quem sabe, os manifestantes não descessem para a Esplanada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Mas é uma hipótese.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu vou voltar a algumas questões que o senhor já tocou aqui, mas acho que são importantes.

A primeira é sobre o grupo de WhatsApp. A mensagem que o senhor já confirmou aqui que escreveu...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Abre aspas – Na primeira manifestação, é só deixar invadir o Congresso. O senhor já confirmou que mandou essa mensagem.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Confirmo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor pode esclarecer em qual grupo enviou essa mensagem? O grupo se chamava – abre aspas – Oficiais da PMDF?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. Exato. Eu falei, sim, senhor. E, se o senhor me permite: tem um KKK embaixo. Então, vamos contextualizar o grupo. Inicialmente, o nome desse grupo se chamava Tenentes e Capitães PMDF. Só que como... Não era um grupo institucional. Era um grupo lúdico, com vários amigos ali, onde a gente discutia várias coisas. Só que, como tinha alguns capitães que foram promovidos, incluindo eu, um membro do grupo foi e mudou o grupo para Oficiais PMDF. Então...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí, o grupo virou Oficiais da PMDF.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. Virou Oficiais da PMDF, mas...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor alega que não era um grupo institucional?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não era um grupo institucional. Não era!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E a motivação dessa mensagem do senhor? Porque a gente está vivendo num momento de crise...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Claro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vamos ser bem realistas: a mensagem do senhor foi em qual dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Vinte de dezembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vinte de dezembro... Dia 25 de dezembro houve ameaça de... ali, na última semana.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Invasão...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ameaça de invasão, de bomba.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente teve, no dia 12 de dezembro, depredação. A gente tinha um presidente da República que não reconhecia o resultado das eleições, não falava publicamente sobre o reconhecimento do resultado. Tinha questionamento das urnas eletrônicas e ia ter a posse de um novo presidente da República. O senhor imagina: o senhor é major de uma área central desta cidade e o senhor fala: "Na primeira manifestação, é só deixar invadir o Congresso". Isso gera, na população, independentemente do KKK, independentemente de tudo, enfim, isso gera uma questão.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito, Excelência. É como eu falei: eu compreendo perfeitamente as pessoas, de fato, entenderem dessa forma, como uma forma negativa. Mas eu volto novamente a afirmar para o senhor: foi fora de contexto. Tanto é que, como eu falei: o cerne da discussão era Fundo Constitucional. Mas eu compreendo, sim. Compreendo que causou uma certa estranheza, quem sabe até uma indignação, mas eu volto a afirmar para o senhor: foi uma brincadeira infeliz da minha parte.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A outra polêmica que a gente ouviu foi em relação à Força Nacional, de o senhor ter se posicionado contra e, no sábado, dia 7, a coronel Cintia participou de uma reunião, com o diretor-geral da Polícia Federal, em que foi discutida a possibilidade de convocação da Força Nacional. Em geral, existe um tensionamento de se convocar a Força Nacional ou não? Em relação ao comando local. A Polícia Militar, por exemplo... Vou dar um exemplo para quem está assistindo a nós entender um pouco melhor: "Ah, é a Polícia Militar que vai cuidar. Nós não queremos a Força Nacional nesse caso". Existe um... A gente sabe que, às vezes, existe, né? Por exemplo: a Polícia Legislativa é que cuida da segurança aqui. Aí, o presidente, às vezes, ficou mais preocupado, naquele dia, e quer convocar o reforço da Polícia Militar. Às vezes, a Polícia Legislativa pode se sentir invadida, essas coisas naturais entre diferentes instituições. Existe algum tensionamento, em geral, entre... Eu digo, não um tensionamento real, mas simbólico entre a Polícia Militar e a Força Nacional?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, não senhor. Como eu falei: são policiais militares, são irmãos de farda de outros estados. O pensamento sempre é: quanto mais policiais, melhor. O objetivo sempre...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E por que o senhor disse que não aceitaria?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Então, como eu havia explicado para o deputado Hermeto, a minha intenção era ter uma outra tropa de que eu não tivesse comando no terreno e que pudesse gerar interferências nos serviços. Foi somente isso. Mas depois que o coronel Casimiro fez um contato comigo e explicou que a atuação da Força Nacional se daria somente para salvaguarda dos prédios públicos, eu falei: "Não, então, está *ok*." Tanto é, Excelência, que eles estavam lá, na parte da manhã, e em nenhum momento teve tensionamento da minha parte ou de interferir neles. Não. Tranquilo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Depois dessa conversa... Existe um protocolo de acionamento da Força Nacional. Então, a Força Nacional ficou cuidando dos prédios públicos, mas quando a Força Nacional vai agir de forma mais concreta com a Polícia Militar do Distrito Federal, existe uma espécie de convocação do governador do Distrito Federal. Ele faz o pedido oficial ao MJ. Esse é o protocolo. E o governador não fez esse pedido oficial. O pedido oficial só saiu no dia 8 de janeiro, o pedido da Força Nacional, às 17 horas e 40 minutos, quando os prédios já tinham sido invadidos. Imagino que, talvez, se o governador fizesse no dia anterior ou fizesse no dia 6 o pedido da Força Nacional, haveria um efetivo maior da Força Nacional, inclusive atuando em parceria.

O senhor acha que essa restrição à Força Nacional não gerou algum prejuízo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, é como eu falo, fica difícil de eu responder,

porque, até então, a gente não tinha nenhuma informação de nada. Até então, como foi dito... Se os senhores me permitem fazer a citação da frase do depoimento do coronel Naime, ele citou na CPMI que havia um grupo de WhatsApp onde a Abin estava ali informando, dando alertas. E tivemos algumas autoridades que, inclusive, falaram para o governador Ibaneis que estava tudo tranquilo.

Então, eu não posso... A gente tem que ver que fluxo de informações chegaram, porque, às vezes...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quais autoridades falaram para o governador Ibaneis que estava tudo tranquilo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Olha, eu não sei informar para o senhor. Eu sei que, se não me engano, foi divulgado na mídia, na grande mídia jornalística, que o secretário-adjunto de segurança pública tinha informado, via WhatsApp, para o governador Ibaneis que estava tudo tranquilo. Estou citando aqui o que foi editado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Inclusive, na reunião... No dia 7, o diretor-geral da Polícia Federal convocou uma reunião, à qual compareceu a coronel Cintia, para discutir a operação do dia 8, porque o diretor da Polícia Federal já estava muito preocupado com o dia 8 e ele sugeriu que a Esplanada ficasse fechada.

À noite, no dia 7, o governador deu uma entrevista para o Portal Metrôpoles e disse que a Esplanada estaria aberta para qualquer manifestação pacífica. O senhor soube dessa polêmica de abrir ou fechar a Esplanada para os manifestantes?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor, não fiquei ciente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não chegou a você? Ficou no âmbito da reunião?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor já trabalhou sempre com a possibilidade...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – De que a Esplanada estaria aberta para receber os manifestantes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Eu queria, para encerrar, que o senhor falasse um pouco como o senhor enxergava o QG do Exército. O coronel Naime deu um longo depoimento aqui. Ele falou de todas as dificuldades que ele viu no Quartel-General do Exército, de todos os problemas, inclusive, das tentativas da Polícia Militar de desmobilizar aquelas manifestações preparatórias para o golpe que aconteceram no QG do Exército. O senhor chegou a atuar ali em algum momento?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor. Eu sei que tinha informações de que a Polícia Militar iria atuar para fazer a desmobilização, só que chegava a informação de que: "Oh, não vai ter, foi cancelado". Mas afirmo para V.Exa.: em nenhum momento eu estive participando de qualquer tipo de operação, planejamento, tampouco estive na folga naquela manifestação. Nunca, nunca estive lá. Eu gosto até de falar que o mais próximo que eu estive daquela manifestação foi quando...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De qual manifestação?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Oh, perdão, me perdoe. Do acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do acampamento.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Deslocando-me da minha casa para a casa da minha mãe. Porque passando ali pelo SLU é o caminho mais próximo, mais rápido, é o mais próximo que eu passei daquele acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor nunca atuou ali naquela região?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não. Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia, o senhor chegou a subir com os policiais militares para efetuar as prisões no acampamento?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor, Excelência. Quando a gente, de fato, começou a fazer a dispersão, eu comandi uma fração de tropa, inclusive o GPE, que, quando chegou, eles ficaram ao meu comando. Eu fiquei comandando uma linha de tropa convencional para fazer a dispersão. O coronel Naime ficou coordenando a tropa de choque e a tropa especializada para fazer a dispersão dos manifestantes e efetuar prisões também. Então, assim, como eu fiquei na tropa convencional para ocupar terreno, eu, de fato, não presenciei como foi feita a dispersão e foram realizadas as prisões ao longo da dispersão dos manifestantes até o SMU. Eu confesso que, muito tempo depois, por volta de meia-noite, 23 e 30 para meia-noite, quando as coisas estavam supertranquilas, eu consegui ser desmobilizado ali da linha de policiamento convencional que eu estava comandando. Eu peguei a minha viatura e me desloquei lá ao SMU para ver como é que estava a situação. Deparei com a situação lá do Exército, com tanques apontados ali para o efetivo da Polícia Militar, mas eu, de fato, não presenciei como foi essa dispersão até os desdobramentos, até o SMU.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Muito obrigado, major Flávio.

Para mim, algumas questões estão ficando cada vez mais claras. Existiu um erro gravíssimo de planejamento e designação operacional no dia 8 de janeiro, uma negligência completa da dimensão da característica dessa manifestação e dos objetivos daqueles supostos manifestantes que estavam atuando naquele dia, que estavam, inclusive, preparados; estavam, inclusive, agredindo agentes da Polícia Militar.

Então, é muito grave o que aconteceu do ponto de vista do planejamento: uma negligência até ideológica para uma manifestação que já estava dada. Já existiam as informações do objetivo dela, que era dar um golpe de Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao titular desta comissão deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente, a quem eu saúdo. Boa tarde já. Boa tarde aos nobres deputados e deputadas que aqui se encontram, àqueles que estão assistindo a esta reunião pela TV Câmara Distrital. Chegou a mim que quase 2 mil pessoas estão participando. Nós já chegamos ao pico de 6 mil pessoas, o que mostra a envergadura e a importância desta comissão na busca da verdade, para que possamos virar uma página da história de Brasília e do Brasil.

Cumprimento aqui o nobre major Flávio. É uma alegria tê-lo aqui, pena que nessa circunstância. Mas a vida nos oportuniza coisas que servem para nos preparar para o futuro seguramente. Que Deus o abençoe e continue cuidando do senhor. Continue cumprindo com o seu papel. Se for culpado, será responsabilizado; se for inocente, seguramente sairá com o atestado de inocência, o que seguramente alavancará a sua carreira, major.

Cumprimento o nobre advogado que acompanha vossa senhoria nesta comissão. É muito importante para nós o seu depoimento, é importante demais.

Eu sempre inicio a minha fala evocando a palavra de Deus. O Salmo 89, versículo 14, diz assim: “A justiça e o direito são as bases do teu trono, ó eterno”.

Se existe uma justiça e um direito justo, um direito correto, ela procede, ela emana do trono de Deus. Deus está acima de todas as coisas. Nós entendemos isso.

Nós buscamos isso nesta CPI. A minha função é essa. Estou, desde o princípio, tentando não exaltar os nervos para não chegar ao nível de outra CPI, como bem disse o nobre deputado Fábio Félix, porque isso, muitas vezes, descredencia a própria comissão.

Eu assino embaixo a textualização das palavras do nobre deputado Fábio Félix no tocante ao nosso presidente, deputado Chico Vigilante, que, por vezes, até nos cerceia. Esse é um perfil do presidente, até para não deixarem sair do controle determinadas coisas que, às vezes, afloram.

Por exemplo, estou aqui ouvindo o seu depoimento, conversando com o deputado Thiago

Manzoni. Como ser humano – eu sou pastor, mas venho do mundo jurídico, do direito, do direito criminal inclusive – não tem como não nos emocionarmos. Porque nós vivemos um Estado democrático de direito, e o princípio de um processo legal tem alguns pilares: ampla defesa, contraditório, princípio da inocência, individualização das condutas.

E no devido processo legal – o seu advogado sabe disso –, prisão, no sistema brasileiro, é exceção. É exceção. Há todas tantas outras medidas que fazem alguém perder o seu direito maior, que é a liberdade. Prisão é no último estágio. E V.Sa. está preso por conta de uma fala infeliz e por conta de um vídeo. Isso não é a justiça de Deus! É a justiça de homens. Tantos inocentes presos, e eu fico assim...

No primeiro semestre eu acho que cumprimos um papel extraordinário. E estamos indo para o segundo semestre, em que vamos para a reta final desta CPI. Vamos produzir um relatório para apresentar à justiça. Essas mãos nossas, de todos os deputados, precisam estar manchadas da justiça, do direito, da verdade. E sempre puxam o acampamento como o centro de um planejamento de um golpe. O que não é!

Sempre trazem a Bíblia aqui – que, aliás, diga-se de passagem, esses dias foi escarnecida, vilipendiada na Biblioteca Nacional, com 2 cabeças de bode em cima dela. É o que fazem com a nossa fé. Mas a nossa fé é a justiça e o nosso princípio é o princípio do Cristo: é o amor. Então, quanto mais nos odeiam, quanto mais jogam contra nós, mais nós vamos despejar o amor.

E eu, como membro desta CPI – e um pastor –, vou primar por esse princípio de amor às pessoas e da busca dessa verdade. Mas o acampamento... Está repetido: lá, sim, havia pessoas evangélicas, católicas, de joelhos – o senhor sabe disso –, muitos meses antes, orando, rezando. Não houve 1 problema. Está declarado por vários depoentes que aqui estiveram... as pessoas depuseram aqui que no acampamento, na reta final, havia 150 pessoas.

Então, quem veio... Esses baderneiros, esses criminosos, que merecem ser condenados... e muitos nem presos estão, porque foram embora, vieram de fora para o Distrito Federal. E isso precisa ser relatado.

Outro detalhe importante: a culpabilidade não é das instituições. A Polícia Militar é gloriosa. O Exército é glorioso. O GSI também. São instituições. Quem será condenado, quem será responsabilizado, são pessoas. São pessoas. Isso precisa estar definido. Senão, a culpa maior é da polícia. Vamos lá: a polícia faz que segurança? Até onde é o limite da segurança da polícia, major, aqui, nessa central?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – O senhor fala aqui na área central?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso, perfeito.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Então, a área central aqui da Polícia Militar se dá até o limite das... por exemplo, Congresso Nacional: é até o gramado ali do Congresso Nacional.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ou seja, a área externa.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso. Exatamente, somente a área externa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – E a área interna?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – A área interna, por exemplo, do Congresso Nacional: a Polícia Legislativa do Congresso Nacional.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – E as forças, assim: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pois é. Então, se a Polícia Militar – e não é instituição, são pessoas – tem uma culpa, culpa maior tem o governo federal. Nas pessoas. O senhor está preso. O coronel Naime está preso. G. Dias está solto. E, mais ainda, adulterou relatórios. O que é

gravíssimo.

E você não vê a mesma justiça – por isso que eu bato nela – decretar a prisão do general Dias, em um estado de maior culpabilidade, porque serviu água para aqueles que chamamos de golpistas, terroristas, que estavam lá dentro, mas foram servidos com água dentro do Palácio do Planalto.

Quem indicou o senhor para comandar a tropa? E quem comandava a operação?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Quem comandava a operação era o coronel Casimiro, e o mesmo me escalou verbalmente para fazer a distribuição do policiamento no dia 8.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado. Algumas perguntas seguramente serão repetidas porque sempre foi assim mesmo. Quantas vezes o senhor já comandou evento semelhante àquele do dia 8 de janeiro?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Do dia 8? Nenhuma.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor se considerava qualificado para comandar a tropa especificamente no quesito 8 de janeiro?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, porque, como major, eu tenho as minhas limitações para lidar com solicitação de efetivo, solicitação de tropa. Eu, como major... Há uma diferença muito grande entre um major, uma distância enorme entre um major e um coronel.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor recebeu alguma ordem de serviço ou algum planejamento operacional que revelasse, por exemplo, o total do efetivo, onde posicionar a tropa, o que fazer em caso de rompimento das barreiras? O senhor recebeu isso por escrito?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, o senhor foi às cegas para lá?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Numa ordem eminentemente verbal?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Verbal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em quantas linhas foi dividida a PMDF no momento da dispersão?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Na dispersão tiveram 2 linhas. A primeira linha composta pela linha das especializadas, Batalhão de Choque e Cavalaria, para fazer a dispersão; e uma segunda linha, uma linha de policiamento convencional para ocupar o terreno.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em que linha o senhor estava e com quais coronéis atuou nessa linha?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu estava na linha de policiamento convencional. Eu estava nessa linha juntamente com o major... (Ininteligível.) Estávamos juntos comandando uma linha de policiamento convencional. No primeiro momento, não tinha nenhum coronel ali presente. Um tempo depois, compareceu o coronel Klepter, acompanhado do interventor doutor Cappelli. E, um tempo depois, apareceu ali, esteve presente também, próximo da minha linha, o ex-comandante-geral coronel Fábio Augusto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas houve um momento, então, em que, com toda a balbúrdia e com a quantidade pequena de policiais, o senhor era o comandante máximo ali então, se não havia outros coronéis lá? Ou havia algum oficial de mais alta patente com o senhor nesse momento lá?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Durante... Desculpa, excelência, eu não compreendi. O senhor quer saber antes da quebra da ordem ou depois?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu estou falando de linhas. Isso, isso.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Na linha, na linha estava lá o comandante-geral, coronel Fábio Augusto; o subcomandante-geral, coronel Klepter, à época subcomandante-geral; e o doutor Cappelli, o ex-interventor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Major, existe alguma norma que atribua à Polícia Militar a responsabilidade pela segurança do Palácio do Planalto, do STF ou do Congresso Nacional?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu não tenho conhecimento. Quem faz a segurança desses espaços, se o senhor permite assim dizer, são as seguranças próprias. Palácio do Planalto, é o GSI; Congresso Nacional, a polícia legislativa; e no STF, a polícia judicial.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu vou repetir aqui até para deixar consignado: então, nós podemos admitir que, embora a PM seja responsável pela segurança na Esplanada, a segurança dos prédios individuais, no quesito parte interna, era de responsabilidade de outros órgãos vinculados ao governo federal ou mesmo das Forças Armadas, correto?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, do Palácio do Planalto, sim, o GSI e o Exército ali fazendo a segurança interna do Palácio do Planalto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok, major. Eu fiz várias perguntas, mas eu fiz, agora, aqui, para o senhor 8 perguntas, porque as restantes são muito repetitivas e eu não quero cair nessa repetição. Por mim, fico satisfeito, até porque eu ouvi o nosso presidente, o nosso relator e o deputado Fábio Félix inquiri-lo. Eu acho assim: não é para nós fazermos um juízo de valor, vamos colher esses depoimentos para transformá-los em uma peça que apresentaremos à justiça desta nação, mas eu quero fazer uma fala aos nobres membros efetivos e suplentes desta comissão de inquérito.

A verdade realmente é implacável. Podem até achar um jeito de camuflá-la, mas a verdade sempre aparece, porque a verdade é a verdade. E, desde o início dos nossos trabalhos, eu defendo a necessidade da individualização de condutas, porque a minha formação jurídica me fez concluir que, sem essa individualização, a verdade real – aquela que efetivamente interessa ao processo penal – não se revela. E nós queremos a revelação da verdade, por isso a ampla defesa, o contraditório, por isso a segurança desse princípio basilar do direito: o princípio da inocência. Isso é consagrado, isso é importante para que inocentes não sejam culpados e culpados não sejam inocentados.

Naqueles primeiros meses do nosso trabalho, nós ainda não tínhamos acesso às imagens das invasões, porque o mesmo governo que se refere àquele momento trágico – quero registrar: trágico – da nossa história política como um golpe trabalhou pesadamente contra a instalação da CPMI. O governo federal não queria, ele se rendeu e agora detém a maioria, concordou que sobre tais imagens fosse imposto sigilo. O ministro Flávio Dino não quer entregar as imagens do Ministério da Justiça. Deixe-me falar. Está impedindo a busca da verdade real. E aqui a minha fala não é para dizer que a ou b está errado, direita ou esquerda, porque aqui tudo é o seguinte: ruim, Bolsonaro; bom, Lula. Não é isso que eu busco aqui não. Se Bolsonaro for ruim, beleza, nós vamos ter um processo aqui que vai dizer. Se o Lula também for, nós vamos dizer. Não é isso. A busca da verdade, nesse contexto, é justamente para se aplicar a verdade, punir quem merece, inocentar quem merece.

Por que sigilo? Pouco tempo depois, o Brasil é impactado já pelo início da descortinação da fumaça, da quebra de narrativas e do início da verdade real ser descortinada nessa nação, com as imagens divulgadas pela CNN. Ela nos trouxe coisas assim que abriram os olhos dos cidadãos brasileiros, porque nós estamos enfrentando uma guerra ideológica – o que é horrível para a nação –, porque nós estamos enfrentando guerra de narrativas, de falácias. Exemplo disso? O presidente Lula teve muito voto na minha igreja, e eu lamentei muito e vou falar por quê. Ele se levantou como baluarte da família, contra o aborto. E agora, a ministra da saúde dele acabou de liberar o aborto. Ele falava que era contra as drogas. O governo dele hoje defende a liberalização da maconha. Que seja liberada, mas vai comprar de quem essa maconha? Vai comprar de bandido, de criminoso! Isso é estarrecedor para nós que queremos a verdade e que trabalhamos para proteger uma sociedade justa, com direitos iguais para todos: maiorias e minorias! O importante é a verdade!

Membros do Gabinete de Segurança Institucional – órgão subordinado à Presidência da República desde o dia 1º de janeiro, conforme o inciso VI do art. 2º da Medida Provisória nº 1.154/2023 – tratavam os golpistas como convidados, oferecendo-lhes água, dentro do Palácio do Planalto, e até mesmo – pasmem! – indicando o caminho da fuga, sem nenhum constrangimento.

Liberaram bandido! Liberaram golpista! Prenderam inocente, numa medida extremada! É isso que me deixa estarecido. Eu sei que todo mundo que estava lá – principalmente os que estavam dentro depredando – precisa receber uma punição severa do Estado, porque nós estamos falando de democracia. E com democracia ninguém brinca.

Diga-se de passagem: o papel revelador da imprensa, a importância da imprensa. Nós nos curvamos. Ela é extremamente importante para a democracia em que nós vivemos. Mas a democracia em que vivemos e a busca da justiça que queremos não impedem um membro da imprensa, Deputado Joaquim Roriz, vir a esta casa prestar esclarecimentos. Ela é parte importante para chegarmos a essa verdade que nós queremos.

Deputado Hermeto, nós aprovamos um monte de requerimentos. Fiz questão de aprová-los. Eu gosto de aprovar todos mesmo, porque não estou culpando ninguém. Quero que essa pessoa sente aqui para que ela me dê uma ideia e na minha cabeça eu possa formar a convicção do juízo dela. Todos nós aqui estamos revestidos da condição de julgadores. Que possamos apresentar um relatório e direcioná-lo à justiça, para ela dizer quem são os culpados e os inocentes. Nós tentamos convocar um fotógrafo e não conseguimos!

Como buscamos a verdade real? Se o cidadão estava lá tirando foto, como jornalista, beleza! Ele vai falar. Mas não! Ele sorriu e disse: “Não está bom. Vamos fazer de novo”. Não quebrou a porta, a porta estava encostada. É só isso que queremos saber. Muitas vezes, nós somos impedidos. Aí vem uma guerra de narrativa que põe todo mundo num contexto.

Por que a prisão é exceção? Porque depois deste processo, que tem pelo menos alguns indícios materiais, vamos cercear o direito à liberdade. A justiça prende. Mas prender para depois investigar é exceção. Isso não se transveste num Estado democrático de direito.

Depois do depoimento do general Dutra, sabemos que muitos daqueles invasores chegaram à Esplanada pelas laterais dos ministérios. Portanto, não saíram do acampamento. Eu vou defendê-los. São meus irmãos e minhas irmãs. São brasileiros. Que sejam de... Eu fui um cara totalmente contrário àquele tipo de acampamento.

E vou falar outra coisa. Acabei de ouvir que o ex-presidente Bolsonaro não assumiu a derrota. Vem cá. Não é que ele foi contra, ele ficou calado, ele ficou silente. Quem fica silente não está assumindo alguma culpa. Eu particularmente aceitei a derrota, tranquilo. Este é um Estado democrático. Daqui a 4 anos, haverá eleição novamente.

Também já sabemos que, no dia 8 de janeiro, havia apenas cerca de 150 manifestantes no acampamento – número insuficiente para invadir sequer um estacionamento do Congresso Nacional.

Outra informação já conhecida é que, segundo a ANTT, a partir do dia 6, começaram a chegar os ônibus a Brasília com manifestantes dispostos a invadir e quebrar os prédios públicos. Isso era notório. O senhor mesmo acabou de falar que, no dia 4, o senhor recebeu uma informação.

Mesmo assim, muitos ainda insistem em vincular os criminosos do dia 8 com as pessoas que estiveram no acampamento em frente ao QG. Aliás, em depoimento prestado a esta CPI, o coronel Naime afirmou que a maioria das pessoas que tentou invadir o prédio da Polícia Federal no dia 12 de dezembro estava hospedada no Setor Hoteleiro. Não era do acampamento.

Naquele mesmo depoimento, ele também afirmou que, no dia 7, às 10 horas da manhã, a Abin informou que estava confirmada a hipótese de invasão de prédios públicos. Por que o general G. Dias dispensou o pelotão que reforçava a segurança do Palácio do Planalto?

Se a PMDF – e aqui eu falo de membros dela – tem alguma responsabilidade, o GSI e o BGP são responsáveis pela sede do governo. E, se isso já não fosse suficientemente preocupante, há 2 dias,

o senhor Saulo da Cunha declarou à CPMI que ele elaborou 2 relatórios, que foram enviados à Câmara dos Deputados e que os havia encaminhado diretamente do seu celular para o celular do general G. Dias – eu acho que ele tem que ser reconvocato para vir aqui, deputado Joaquim Roriz Neto, prestar esclarecimento; aliás, diga-se de passagem, muitos dos que sentam aí omitem a verdade, o que nos impede de chegar a essa verdade real de que eu sempre falo aqui –, que o general G. Dias recebeu os alertas sobre as invasões e que ele retirou o nome do general G. Dias do primeiro relatório, obedecendo a uma ordem direta do general e que – segundo o depoimento dele, a que eu assisti – é praxe, é natural, porque é o chefe do GSI.

Segundo o senhor Saulo, a Abin fez 33 alertas entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro. E vou repetir esses números: 33 alertas entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro.

Senhores, não há como escapar da verdade real. Se a PMDF tem responsabilidade, como eu disse, porque não controlou os criminosos da Esplanada que lá estavam – o planejamento foi falho? Isso já é notório de todos nós e dos depoimentos –, o governo federal também tem responsabilidade. Ele também se omitiu. Ele foi omisso – e por que não dizer conivente com as invasões.

Uma viagem do presidente da República é precedida por um esquema extraordinário de segurança. O Lula foi uma vez à minha igreja aqui no Plano Piloto, em uma reunião geral de obreiros. Para ele ir lá, dias antes, o GSI foi à igreja, reuniu-se com toda a cúpula da igreja para discutir o que é segurança do presidente da República – pisme o senhor, estou falando de igreja –, dias antes, monitorou tudo e, naquele momento, a igreja é o Palácio do Planalto, doutor Diógenes. Estou falando de dias antes. E, no dia em que ele foi, a igreja foi tomada por detectores de metal, senhores. Falo isso para o Brasil ouvir. Isso é a segurança do presidente, numa instituição religiosa em que a chance de algum crime é zero, a não ser que vá para lá um criminoso infiltrado. Olhem a segurança que houve.

E, agora, a Abin informa ao GSI, o general Dias sabia, o Lula sabia, todo mundo sabia e, no dia 7, o que o Lula faz? Viaja para Araraquara. E, pisme o senhor, o maior comandante da segurança da Presidência da República fica em Brasília, no Palácio do Planalto.

Paciência, não é? A nossa mente, principalmente de nós que operamos o direito, vai vendo... Gente, não acusando ninguém, eu primo por essas minhas palavras aqui, mas vamos lá, vamos lá... Nós estamos diante de uma possibilidade. Eu quero, eu queria... isso precisava acontecer.

Aí nós estamos diante de leniência, deputado Thiago Manzoni, ou de conveniência, porque, como presidente da nação, cargo maior desta nação, o mandatário desta nação, sabedor...

Nada disso teria acontecido se todas as forças estivessem lá. Se estivessem lá 1.000 policiais, seja da Polícia Militar, do Exército, do BGP, da Guarda Nacional, isso não teria acontecido – da Cavalaria, como foi dito aqui. Não teriam descido aqueles criminosos para dentro dos prédios públicos. Então, pessoas foram omissas e as pessoas que foram omissas não eram só da Polícia Militar do Distrito Federal, de jeito nenhum, eram do governo federal, eram do GSI, do BGP.

Essas autoridades também precisam ser criminalizadas, precisam se sentar aqui, e a Justiça precisa abrir esses olhos, pois quem está preso hoje? Um major e um coronel, coronel que estava de folga, na sua folga e trabalhando. Todos que aqui passaram testemunharam a lisura da conduta desse coronel no trato de tantas outras manifestações em que ele esteve à frente.

O meu tempo está acabando, mas quero deixar uma pergunta para o Brasil: povo brasileiro, principalmente povo da direita, mas também povo da esquerda, essa é a Justiça que nós queremos? Eu vou responder em nome desse povo. Não é, não. Há coisa errada, e nós temos responsabilidade de descortinar essas coisas que estão sendo praticadas de forma errada.

Que Deus abençoe o Brasil, que Deus abençoe a nossa nação, que Deus abençoe Bolsonaro, que Deus abençoe o Lula também e que a verdade apareça.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado.

Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Boa tarde a todos e a todas, gostaria de cumprimentar os demais parlamentares, os membros da imprensa, os servidores. Gostaria de agradecer a presença do major Flávio hoje aqui, acompanhado do seu advogado.

É sempre uma notícia muito boa quando vemos que as pessoas estão dispostas a estar aqui para prestar esclarecimentos. Como os outros parlamentares falaram, estamos aqui para buscar a verdade, estamos aqui para esquecer as paixões políticas e realmente buscar imparcialidade.

Antes de fazer algumas perguntas ao senhor, eu só gostaria de falar de alguns dados, de alguns números. De acordo com a Abin, havia quase 3 mil manifestantes nas ruas no dia 8 de janeiro, 3 mil manifestantes. Desses 3 mil manifestantes, há 1.600 presos, ou seja, 1.400 pessoas não se contabilizam na equação de quem foi preso. A Abin também contabiliza que, pelo menos até 2 dias antes de 8 janeiro, havia 500 pessoas no acampamento. Eu não sou doutorado em matemática, deputado Pastor Daniel de Castro, mas, a não ser que os manifestantes conseguiram se multiplicar igual minhocas, onde 1 virou 2, 2 viraram 4, os mesmos manifestantes que ocupavam os acampamentos não conseguem totalizar a quantidade de manifestantes que estavam nas ruas no dia 8 de janeiro. Eles não chegam nem perto desse valor total.

Houve um deputado aqui que, em tom de deboche, em tom de ironia, questionou essa teoria de que havia pessoas infiltradas, fazendo depredação a fim de criminalizar um grupo de manifestantes que estavam no local. Seria bom o deputado pegar um livro de história porque em ações de terrorismo e de combate ao terrorismo, em ações governamentais, existem estratégias e táticas de infiltrados. Isso não é um conceito inventado, não é um conceito de filme de ficção, de ação, de Netflix. Esse tipo de ação existe e ela acontece.

Agora, quando o deputado fala: “Ué, mas por que os deputados não conseguem encontrar esses infiltrados?” Porque, se você seguir uma lógica muito simples, você não vai prender os seus próprios infiltrados. São os 1.600 que não foram presos – 3.000 menos 1.400. É claro que isso vai acontecer.

Então, é uma teoria que eu não estou aqui necessariamente para defender, mas ela não pode ser descartada porque os números não batem e a lógica não corresponde.

Eu quero fazer algumas breves perguntas ao senhor.

Major Flávio, de acordo com essa informação constatada aqui, referente ao envio de 33 alertas por parte da Abin que, inclusive, foram encaminhados à Polícia Militar de Brasília, o senhor tem ciência se esses alertas foram efetivamente entregues à Polícia Militar do Distrito Federal?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu não tomei conhecimento.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor não tomou conhecimento.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor, na condição de comandante do 6º Batalhão da PMDF na data dos fatos, responsável pela Esplanada dos Ministérios, afirma que não recebeu nenhum desses alertas.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Major Flávio, o senhor relatou a esta CPI que entrou em efetivo combate contra os manifestantes, na tentativa de proteger o patrimônio público dos prédios dos poderes federais. O senhor poderia nos informar, deixar constatado aqui quais lesões o senhor sofreu?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Quando eu cheguei em casa, no final do dia 8, eu sofri lesões, estava com escoriações no braço, de pauladas que eu tomei, no braço e nas pernas.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Durante os atos, durante esse enfrentamento, quando essas agressões foram feitas contra a sua pessoa, o senhor temeu pela sua vida?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Temi pela minha vida, sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Isso é natural.

Algo que eu acho extremamente curioso, deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Thiago Manzoni, é que nós estamos aqui na presença de um oficial da Polícia Militar que tinha o dever de agir em defesa do interesse público e ele agiu. Ele executou sua missão, ele empregou os meios que possuía, que estavam disponíveis, com a inteligência que lhe foi disponibilizada, custando a integridade física dele, mas, como forma de não reconhecimento ao seu trabalho, foi decretada a prisão dele. Não só 1 vez, mas 2 vezes.

Enquanto isso, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o principal responsável pela segurança do prédio do Palácio do Planalto, desfilou entre os manifestantes, distribuiu água, conversou com eles, e só pediu exoneração depois que a CNN vazou as imagens dele, senão ele ainda estaria até hoje caladinho no cargo. Ele abriu as portas para eles invadirem o Palácio.

O que me deixa muito curioso, presidente, deputado Chico Vigilante, é que, enquanto um homem que lutou pela defesa dos interesses da democracia foi preso; outro que, supostamente e evidentemente, foi totalmente conivente com a invasão dos prédios, não sofreu qualquer tipo de restrição por parte do STF ou de qualquer outro órgão julgador. Nada! Não sofreu nada.

Vemos a justiça representada por uma estátua, com os olhos vendados. Por quê? Para representar a imparcialidade, para mostrar que não existe dois pesos e duas medidas. Mas, hoje, claramente vemos que isso acontece. Eu preciso enfatizar mais essa relação do ex-ministro-chefe Gonçalves Dias. Eu preciso enfatizar a necessidade de convocarmos ele de novo.

O ex-diretor adjunto da Abin Saulo Moura da Cunha afirmou à comissão parlamentar mista de inquérito, nessa terça-feira, que o ministro do GSI mentiu e adulterou os documentos referentes aos ataques do dia 8 de janeiro. Alguém está mentindo. Porque se um falou que não aconteceu, e o outro afirmou que aconteceu, os dois em depoimento à CPI – e é crime mentir em CPI –, um deles é mentiroso, e um deles vai se responsabilizar por essas mentiras.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Joaquim Roriz Neto, eu vou parar o relógio porque o depoente necessita de uma pausa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu já ia partir para cima. Cortando minha fala, presidente!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não. Não estou cortando.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Se for para ele, tudo bem, não tem problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pode parar o relógio. Estamos em 17 minutos e 27 segundos.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Peço que liguem novamente o relógio, e vamos prosseguir com as indagações do deputado Joaquim Roriz Neto.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Obrigado, excelência.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Muito obrigado. Como eu estava falando, major, quando o G. Dias estava sentado nessa mesma cadeira que o senhor está sentado, ele fez algumas afirmações. Ele afirmou que não recebeu mensagens alertando-o sobre o risco de ataques às sedes dos 3 Poderes. Além disso, ele afirmou, aí nessa cadeira, que ele só foi para o Planalto porque houve um sentimento de preocupação. Como se ele fosse o Homem-Aranha, que tem aquele sexto sentido, sabe? Que há no filme, quando a tela fica bem devagar. Ele afirmou que ele só foi lá por causa disso.

Mas o mesmo Saulo Moura da Cunha afirmou, na CPMI, que foram adulterados os documentos referentes aos ataques do dia 8 de janeiro. Ele falou e vou ler: “O ex-diretor garantiu que o responsável pelo GSI foi, sim, avisado sobre os indícios de uma manifestação violenta no dia 8 de

janeiro. O próprio diretor-adjunto teria enviado mensagens ao G. Dias a partir de 8 horas da manhã do dia 8 de janeiro". E, de acordo com o depoimento, o militar respondeu: "Acho que vamos ter problemas!" Isso é extremamente grave! Esta comissão não pode fazer esse tipo de vista grossa só por causa de posicionamento ideológico. Eu vou pedir, de todo o meu coração, que isso se reflita no relatório que vai ser feito pelo deputado Hermeto. O G. Dias precisa ser ouvido outra vez.

É uma pena também, deputado pastor Daniel de Castro, que, de forma rotineira, encontremos bloqueios para poder chegar à verdade. Uma delas o senhor mesmo relatou! O senhor falou que o ministro Flávio Dino se negou a disponibilizar as imagens da invasão do ministério! Agora, uma pessoa não precisa ter um mestrado, não precisa ser advogado, para poder seguir uma lógica muito básica de raciocínio.

Por que esconder as imagens? Se eu não estou em Brasília e alguém invade a minha casa, rouba a minha casa, e aí a polícia chega e fala: "Você tem câmera?" "Tenho!" "Ah, então nos dê as imagens para terminarmos de fazer a perícia." "Não. Eu não! Eu vou botar sigilo!" Isso é, no mínimo, curioso; se não for suspeito – na minha humilde opinião. Não sou advogado!

Eu gostaria de terminar a minha fala, major, falando que senhor fez referência a uma fala que foi um pouco infeliz – a mensagem que o senhor mandou –, e o senhor explicou que foi em um momento de uma brincadeira talvez infeliz, e houve o KKKKK depois. Eu gostaria de chamar e convocar as pessoas a fazerem uma reflexão interna, porque acho que não há uma pessoa aqui que nunca fez uma brincadeira dessa em uma mensagem de WhatsApp. Eu tenho um grupo de amigos em que toda hora falamos de futebol. Esta é uma questão pública: não sou flamenguista! Não gosto do Flamengo. Olhem, ele já sai de perto! Oh, pastor, não faça isso comigo! Deve ter havido 1 ou 2 vezes – quando o Flamengo não para de esfaquear o meu time, que é o Santos – em que eu falei: "Nossa, eu queria que o Flamengo explodisse!" Mas não estou falando de forma explícita que eu gostaria que acontecesse alguma coisa física com o estádio ou com algum jogador do Flamengo. Isso é um absurdo. É pular etapas. Precisamos entender que não há como sentir tonalidade em uma mensagem de WhatsApp. Isso é uma coisa extremamente subjetiva. Como o senhor falou: não foi dentro de um contexto institucional. Teria sido uma história totalmente diferente.

Eu presto solidariedade à perseguição que o senhor está sofrendo. (*sic*) Eu acho extremamente infeliz que pessoas que têm muito mais provas contra eles – de omissão e de culpa – estão soltas só porque são amigas pessoais do presidente. E o senhor está preso, e a sua família está sentindo todas essas repercussões. Minha solidariedade. Eu agradeço a sua presença na CPI.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Obrigado, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Seguindo a ordem de chegada, concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni por 15 minutos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde àqueles que assistem a nós pelo YouTube e pela TV Câmara Distrital. Boa tarde, major Flávio. Boa tarde, doutor.

Major, eu começo a minha participação nesta reunião da CPI fazendo menção ao número de colegas seus que vieram assistir ao seu depoimento. Penso que isso fala muito a seu respeito. O respeito e a admiração que os seus colegas têm por você é algo que marcou a quem prestou atenção na quantidade de policiais militares que vieram. Eu gostaria que vossa senhoria soubesse também que muitos dos seus colegas nos procuraram ao longo do tempo – pelo menos a mim, no meu gabinete – para descrever quem é vossa senhoria e como foi a sua atuação ao longo do tempo na Polícia Militar. Acho que isso importa para você.

Eu lamento muito que o senhor esteja preso. Lamento pela sua esposa, lamento pelo seu filho. Mas não há injustiça que dure para sempre. Um dia a justiça chega. A Polícia Militar do Distrito Federal é uma instituição composta por homens e mulheres honrados. Pode haver exceção. Pode sim, mas é a exceção, não é a regra. Eu gostaria de fazer essas considerações logo no início. O senhor não é o primeiro que se emociona, major, e a sua emoção nos toca.

O coronel Naime, quando esteve aqui, major, falou explicitamente que a entrada das pessoas nos prédios públicos foi facilitada. Ele estava em combate junto com o senhor e foi ferido como o senhor foi. Ele falou: "Foi facilitado. As pessoas não podiam ter tanta facilidade para entrar se não tivesse sido facilitado." O coronel Fábio Augusto, quando veio aqui, mencionou uma questão relativa aos gradis que não estavam colocados de maneira adequada. Não havia barramento nos gradis. E a investigação vai-se aprofundando, e vamos entendendo algumas coisas, como os deputados que me antecederam aqui falaram.

Passada a emoção, major, eu vou fazer a única pergunta que eu tenho para vossa senhoria. Eu vou voltar um pouquinho. Porque o senhor se emocionou, eu comecei a falar. O senhor sabe me dizer qual é o fundamento da sua prisão?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, eu acredito muito que eu estou preso por um grande mal-entendido. Uma narrativa que foi criada. Uma narrativa inverídica em que associaram uma mensagem fora de contexto com uma narrativa de que eu saí... que eu dei uma ordem para a linha de choque recuar, sair para facilitar a entrada dos manifestantes no STF. Então, eu acredito que foi um mal-entendido de uma narrativa que criaram em cima de mim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Isso foi naquele momento em que o deputado Chico Vigilante nos mostrou o vídeo que vossa senhoria o explicou?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito. Exato.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, esse é o fundamento? A decisão que decretou a sua prisão tem fundamento nesse acontecimento? Uniu-se a mensagem de WhatsApp a esse acontecimento e concluiu-se, portanto, que o senhor era culpado. É isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – É, sim. Sim, exatamente isso.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, eu imagino que a sua vinda aqui hoje tenha sido de grande valia na medida em que o senhor pôde explicar tudo de maneira detalhada e calmamente.

Então, eu retomo, agora, o que eu vinha falando a respeito da facilitação da entrada, dos gradis que estavam sem barramento – e o resultado disso tudo já sabemos qual foi. Mas a investigação vem andando. Ela vem se aprofundando. E a CPMI lá do Congresso Nacional, que foi criticada aqui anteriormente, ela tem sido de muita utilidade, não é? Ela ouviu agora o doutor Saulo Moura, que era diretor da Abin e que falou explicitamente que, por uma ordem do general Gonçalves Dias – general do Lula –, ele foi obrigado a criar 2 tipos de comunicação: uma que incluía o general e outra que não o incluía. O general do Lula que, até com algum descaramento, veio aqui e falou – isso foi mencionado pelo deputado Joaquim Roriz Neto há pouco – que ele teve uma angústia, uma inquietação e se dirigiu ao Palácio do Planalto. Ele não teve angústia nenhuma. Ele sabia o que iria acontecer. Não é sexto sentido do Homem-Aranha, como o deputado Joaquim Roriz Neto falou. Não é não. Estava tudo documentado. Há relatórios e mais relatórios da Abin. O ministro Flávio Dino enviou um ofício ao governador Ibaneis. Eu vou até pedir licença para lê-lo novamente. Eu já o li aqui. Foi mencionado aqui que o Ministério da Justiça havia falado que não era para descerem manifestantes, havia se dirigido ao Governo do Distrito Federal dizendo que não era para descerem manifestantes na Esplanada. É mentira. Eu vou ler o que diz o ofício.

Um minuto por favor.

Eu vou ler o que diz o Ofício nº 48/2023, endereçado ao governador Ibaneis Rocha, que também ficou afastado do cargo por 66 dias, injustamente também. Abro aspas. "Nesse contexto, considerando a necessidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio público, sugerimos a Vossa Excelência a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no sentido de bloquear a circulação de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023". Fecho aspas.

Foi feito isso. Não passou ônibus, não.

Então, o que se sabe hoje é que há uma omissão gigantesca do governo federal. A minha

opinião pessoal e a de muitos outros brasileiros que enxergam isso tudo que está acontecendo é de que algumas pessoas estão pagando por aquilo que não fizeram. Algumas pessoas estão sofrendo consequências por atos que não cometeram e pelos quais também não se omitiram. Só há duas pessoas, duas autoridades públicas que estão presas, major Flávio: V.Sa. e o coronel Naime, os dois feridos em combate. Estão presos. E as outras autoridades públicas, de quem era a responsabilidade pela segurança dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, continuam sem ter nada, nenhuma decisão judicial sequer contra eles. Nem o sigilo deles é quebrado, para se saber que tipo de mensagem eles trocaram entre si, o que eles sabiam e sobre o que se omitiram, de modo a permitirem que acontecesse o que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Na reunião da CPMI desta semana, no Congresso Nacional, o senador Esperidião Amin fez colocações muito contundentes, com um tom de voz muito sereno, como é peculiar a ele. E ele terminou com a pergunta que nós fazemos aqui, incessantemente: a quem interessava o que aconteceu no dia 8 de janeiro? Ele fala assim: "Eu não estou afirmando nada". Mas as pessoas estão se perguntando, e, a essa altura, todas as conjecturas são válidas. Todas as conjecturas são válidas, porque essa não é uma omissãozinha, não.

O general do Lula dispensou o pelotão e teve a audácia – para não dizer a cara de pau – de vir aqui dizer que foi sozinho enfrentar os manifestantes, a quem ele chama de terroristas. Mentira! Mentira descarada! Não foi enfrentar nada.

Nós falamos muito aqui de narrativa. Alguns órgãos da imprensa brasileira e até alguns veículos de comunicação institucional de órgãos públicos aderiram a alguns adjetivos sobre o dia 8 de janeiro: golpismo, terrorismo, atos antidemocráticos. Um monte de expressões que não significam absolutamente nada, mas que, para o imaginário coletivo, serve. Serve para que qualquer coisa possa ser feita contra esse pessoal. Aí, inobstante todas as incongruências e as incoerências lógicas do raciocínio, eles conseguem atrelar, com essas narrativas, esse pessoal ao movimento de direita e ao movimento bolsonarista.

O deputado Joaquim Roriz Neto falou: "Poxa, é lógico que só havia 150 pessoas lá". Três mil desceram a Esplanada e querem dizer que era quem estava no QG. É óbvio que não é lógico. Não há lógica nenhuma nisso. Mas eles vão criando a narrativa e vão imputando crimes inexistentes a um grupo de pessoas que é muito mais amplo do que aqueles 3 mil que desceram. Se você é de direita, você criminoso. Se você é bolsonarista... Hoje, basta chamar alguém de bolsonarista, que é como se estivesse colocando sobre ele um rótulo de criminoso. Há um modo de operação acontecendo. E, infelizmente, alguns veículos de comunicação institucionais aderiram a isso.

Então, é mentira. Não foi golpe. Isso aqui já foi desmentido 500 vezes. É mentira. Não havia terrorista lá. A lei do terrorismo define o que é terrorismo. Lá não havia terrorista.

Atos antidemocráticos. As pessoas não sabem nem o que é democracia no Brasil. Vão fazer ato antidemocrático? Há deputado que usou aquela tribuna ali para dizer que há democracia na Venezuela porque há eleição. Há gente aqui que acha que democracia é eleição. Atos antidemocráticos. Não significa nada. Só serve para criminalizar o movimento de direita. Só serve para isso.

E o deputado Joaquim Roriz Neto me lembra que a democracia é relativa para o Lula. O que se pretende, na verdade, é instaurar aqui no Brasil – para isto, o dia 8 de janeiro serve – a mesma ditadura da Venezuela. A mesma ditadura da Nicarágua. O dia 8 de janeiro só serve para isso.

A pergunta que o senador Esperidião Amin fez: "A quem interessava?" Uai! É só vermos. Para que serve? Só serve para isso. Porque não houve um tiro dado lá dentro. Mas eles falam assim: "Havia CACs". Nossa! Havia CACs. O que eles querem? Pegar esse "havia CACs", chamar de golpista, chamar de antidemocrático e falar: "Vamos desarmar a população". Para fazer igualzinho ao que o Maduro e o Chaves fizeram na Venezuela.

"Ah, os atos golpistas foram chamados pelas redes sociais." O que eles querem? Querem o Projeto de Lei nº 2.630, para censurar a população. É o que eles querem. Querem calar a todos. Igualzinho na Nicarágua. E se alguém tem a ousadia de abrir a boca e se opor a eles? Vai preso. Não

interessa se é deputado, se é senador ou se é um cidadão comum. Vai preso. É isso o que querem aqui no Brasil! É isso que querem aqui no Brasil!

Nos últimos 4 anos, Bolsonaro foi acusado de ser autoritário. Não houve um jornalista preso. Agora há. E por aí vai. Mas o que querem, se Deus quiser e nos der força, não vai se concretizar aqui no Brasil.

Essa tentativa de se criminalizar todo movimento de oposição e toda voz de oposição é conhecida também por quê? Porque isso gera medo. As pessoas estão doidas para ir à rua de novo se manifestar pelo país delas, pelos filhos delas, pelos netos delas, que vão crescer aqui no Brasil. As pessoas estão doidas para ir à rua e falar “Nós não aceitamos o que está acontecendo”, mas elas estão com medo, e para isto serviram esses 1.600 presos do dia 8 de janeiro: para colocar medo nas pessoas, para que elas tenham medo de colocar uma bandeira do Brasil no carro, como se usar a bandeira do Brasil fosse crime e não amor à pátria.

Sim, nós somos patriotas. E nós não vamos nos calar. Vamos resistir enquanto pudermos, enquanto Deus nos der forças, e o Brasil não vai ser entregue na mão dessa galera. O Brasil não vai virar a Venezuela. O Brasil não vai virar a Nicarágua.

Eu encerro, major, falando mais uma vez que eu sinto muito pela sua prisão. Mas, lembre-se, há um Deus no céu e não existe injustiça que dure para sempre.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 15 minutos, à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata.

Boa tarde, major. Eu, provavelmente, vou fazer perguntas que o senhor já respondeu, mas elas são importantes para que possamos seguir a linha de raciocínio do senhor. Quero também aproveitar e dizer que, se eu interromper o senhor no meio da sua resposta, é porque eu já estou me sentindo contemplada para continuarmos a linha de raciocínio.

Peço a Deus que nos abençoe, que abençoe este novo momento da CPI. Agora esta CPI traz a responsabilidade muito grande de realmente trazer a verdadeira resposta. Até então, nós víamos exatamente, infelizmente, a ideologia chegando aqui, mas a CPMI não vai deixar isso acontecer aqui também. Por quê? Porque estão mostrando, descortinando essa verdadeira *fake news* – que é o que estão fazendo com o Brasil, como foi dito aqui, deixando as pessoas com medo.

Eu gostaria que o senhor falasse há quanto tempo o senhor já está trabalhando na Polícia Militar.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu estou na Polícia Militar há quase 17 anos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Há 17 anos. O senhor já é major.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O coronel Casimiro esteve aqui. O senhor não seria o sucessor direto dele – não sei se a palavra é sucessor, mas o senhor não seria a pessoa que o substituiria diretamente. Havia um coronel antes, não havia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Na verdade, eu estava substituindo a tenente-coronel Kelly. Ela ainda é a comandante do 6º Batalhão, o Batalhão Esplanada, e eu era o subcomandante dela. Eu assumo o comando do batalhão em exercício em virtude de ela estar de férias durante o período do 8 de janeiro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quando ela entrou de férias?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Ela entrou de férias no dia 3 de janeiro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O batalhão cuidava de qual jurisdição?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – A área de responsabilidade do 6º Batalhão compreende o Setor de Clubes Norte, a partir do Iate Clube, toda aquela parte do setor de clubes, Vila Planalto, Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Rodoviária e se encerra até a Torre de Televisão. Toda essa área é área de responsabilidade do 6º Batalhão.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, o senhor não teve contato com os acampamentos que estavam ali na frente do quartel-general?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, senhora, não era área do 6º.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não era da jurisdição. O senhor assumiu a responsabilidade de comandar essa área que dia?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – A partir do dia 3 de janeiro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – No dia 3 de janeiro o coronel Casimiro já estava de férias?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Não, no dia 3 de janeiro, ele já...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Já tinha passado para você.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Já tinha passado o comando do 6º Batalhão.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Você já tinha assumido o comando no lugar da...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Da tenente-coronel Kelly, sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Uma outra pergunta: o senhor está preso – as pessoas falam, digamos assim – porque o senhor chamou mais 5 policiais militares para saírem daquela linha de frente para atenderem...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – As viaturas. Isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Como foi isso? O senhor pode contar para nós?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Posso, sim, senhora. Então, vamos contextualizar. Eu estava ali no Palácio do Planalto, na Via N1, junto com uma equipe da Patamo, fazendo combate dos manifestantes que estavam tentando invadir o Palácio do Planalto. Eu ali presenciei os 2 policiais militares que foram promovidos por bravura, eles estavam gravemente feridos e estavam em combate. E, em um determinado momento, um sargento que estava naquela fração de tropa vira para mim e fala: "Major, as munições de baixa letalidade estão acabando". Aí, eu aviso para eles que eu vou deslocar até a Via S1, o outro lado do Congresso, em que estava também tendo a atuação da tropa de choque, ali, contra os manifestantes. Eu falei: "Eu vou lá do outro lado..."

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor: qual era a munição que estava acabando?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Munições de baixa letalidade. De um modo geral, são as munições de elastômero ou as munições como, no jargão popular, bala de borracha.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Bala de borracha.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Munição de elastômero.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E os manifestantes, quais armas eles tinham?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Pelo que eu pude perceber ali, no local, eles estavam com estilingues, arremessando bolas de gude, pedras. Estavam arremessando pedaços de pau.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, a Polícia Militar estava com bala de borracha, e os manifestantes, com estilingue?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Estilingues, pedras, pedaços de pau.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Bolas de gude.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Escudos improvisados. Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Era assim que as pessoas iam fazer golpe? Parabéns aos que acham que se faz golpe com bola de gude.

Eu quero aproveitar a presença do senhor para registrar o que já foi registrado aqui pelo deputado Thiago Manzoni e por todos os outros deputados: a sua dedicação à Polícia Militar e à Segurança Pública do Distrito Federal. Eu estava como deputada federal e sei o tanto que a nossa segurança pública – tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros – é referência nacional. Eu quero registrar a minha gratidão, como cidadã, como parlamentar e, principalmente, como uma cidadã brasileira, por todo o trabalho da Polícia Militar e pelo trabalho do senhor.

Também aproveito esta oportunidade – é a primeira vez que estamos aqui no segundo semestre da CPI – para falar algumas coisas com que nós precisamos, vamos dizer assim, deixar os pingos nos is.

Primeiro quero falar em relação ao GSI. O general G. Dias esteve aqui e disse que não foi comunicado de todas as informações que o Ministro Flávio Dino tinha. O Ministro Flávio Dino tinha, tanto é que mandou um comunicado para o governador Ibaneis. “Ele não foi comunicado.” No dia em que ele esteve aqui, eu falei de sabotagem. Continuo dizendo: sabotagem. Sabotagem, porque a quem interessa desmanchar o acampamento em frente ao quartel-general? A quem interessa? A quem interessa o GSI?

As pessoas precisam entender que o GSI não é só a segurança do presidente da República. O GSI tem 4 secretarias importantíssimas e estavam querendo, sim, tirar o comando de pessoas que trabalham lá há mais tempo. Este é o interesse: o GSI.

Por que o Ministério da Justiça, hoje, o Ministro Flávio Dino, está se recusando a entregar as filmagens? O que ele está querendo esconder? Será que ele está querendo esconder o Adriano Machado, que era o fotógrafo? Será que o Adriano Machado esteve lá, no Ministério da Justiça, antes? Será, deputado? A quem interessa isso? A quem interessa fazer um estardalhaço?

Pessoas inocentes estão presas até hoje. Hoje está havendo uma sessão lá, na câmara, exatamente com as famílias de pessoas presas. Senhoras e senhores presos, que estavam com estilingue, com bolinha de gude, enquanto nós temos o maior corrupto do mundo – e digo isto mesmo: é do mundo – como presidente da República.

Meu Deus, que inversão de valores é essa?! Agora, todo mundo está com medo de manifestação; jornalista sendo preso; ditador sendo recebido em tapete vermelho neste Brasil e o senhor, uma pessoa que se dedica à segurança pública do nosso país, da nossa capital, preso, com filho!

Pessoal, prestem atenção no que estão fazendo. Prestem atenção nesta CPI, na nossa responsabilidade. Nós temos que defender a segurança pública do Distrito Federal e quem a faz. Nós temos que fazer aqui, presidente, uma audiência para chamar os parentes dos presos que estão lá, sem poder ter acesso a eles. Foi ilegal a prisão deles. Cadê as prerrogativas dos advogados que não conseguem ter acesso aos processos? Nós não estamos brincando aqui. É isso que os parlamentares têm que fazer.

Quero dizer ao senhor o que foi dito aqui por vários depoentes, inclusive pelo general. Disseram que a grande maioria das pessoas acampadas no quartel estavam lá porque eram moradores de rua, iam para lá atrás de alimentação.

E vou falar mais. Na semana passada, saiu um estudo que diz que Brasília tem quase 12% de pessoas em insegurança alimentar. Olhe só! Eu faço aqui uma crítica, sim, ao Governo do Distrito Federal, que está minimizando essa situação. Nós precisamos dar educação às nossas crianças, nós precisamos dar dignidade às pessoas, nós precisamos melhorar a autoestima das pessoas e não colocar medo nas pessoas, principalmente em quem serve à segurança pública do Distrito Federal.

Sinceramente, eu sinto constrangimento por haver parlamentares aqui colocando pessoas que se dedicaram à segurança pública em uma situação como essa que o senhor está. O senhor faz a

defesa do nosso Brasil, é a nossa defesa para nossa capital. O senhor se machucou, outras pessoas se machucaram, e colocam o senhor como réu, quando defendem aqui a liberação de droga, quando defendem um ex-condenado, quando defendem a sexualização das nossas crianças. E o senhor está nessa situação constrangedora?

Parabéns a todos os companheiros da Polícia Militar que vieram prestigiar esta audiência. Parabéns ao senhor por estar de farda, sim, porque há pessoas que se incomodam com os fardados, que são as pessoas que trazem segurança para o nosso Brasil.

Major, eu sinto muito, mas fazemos parte de uma missão. Como foi dito aqui, eu sou uma pessoa cristã e acredito que nós fazemos parte de uma missão para despertar em todo brasileiro, em toda brasileira, em toda a população o amor à nossa pátria, o amor à inocência das nossas crianças e o amor à honestidade, sim. Quando falamos em honestidade, não falamos só de corrupção. Nós falamos em honestidade de caráter, de conduta, que, muitas vezes, vemos sendo violada aqui, neste parlamento, por interesses pessoais e não por interesses coletivos.

Eu sinto muito pelo que o senhor está pagando junto com sua família. Eu sinto muito pelo seu filho, mas eu tenho certeza de que, como foi dito, a injustiça não perdura. Deus é justo.

Que Deus abençoe o senhor. Que o Brasil desperte para perceber a quem interessa isso. Interessa calar a boca das pessoas; interessa ao GSI; interessa calar a imprensa; interessa desarmar o povo; interessa deixar droga para a população, liberação de drogas. Essa é a situação!

E, cada vez mais, o Brasil tem pessoas passando fome. Essa é que é a realidade. Na capital federal, há gente passando fome e chegam a 12%. E, quando falamos em 12%, façam a conta! Estamos falando de mais de 100 mil pessoas passando fome aqui, nesta capital. Cem mil pessoas! É isso o que interessa para este parlamento e de que eu não vejo deputado falar.

Precisamos nos unir, porque eu tenho certeza de que muitas pessoas estão nos escutando e muitas pessoas vão estar juntas. Não tenham medo!

Gratidão. Eu sei que o senhor está pagando um preço muito caro, mas, com certeza, Deus irá compensá-lo.

Sou muito grata. Que Deus abençoe todos!

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Obrigado, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente, boa tarde. Boa tarde, major.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Boa tarde, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É muito importante – quero destacar aqui, senhor presidente – o retorno desta CPI depois de 1 mês. Quero reforçar isso, como tenho feito em todas as reuniões.

Quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho e pela brilhante condução à frente da CPI.

Eu queria que me permitisse, senhor presidente, antes de iniciar meus questionamentos ao depoente, tentar voltar este depoimento para a linha dos fatos, para a linha da verdade e para o objetivo da investigação desta CPI com alguns breves comentários: como fez mal, para o nosso país, o bolsonarismo. A extrema direita tentou sequestrar o Estado brasileiro. São responsáveis pelo caos, pelos milhões passando fome, pelos milhares que morreram na pandemia, pelo negacionismo, pelos ataques sistemáticos à população e por organizar uma tentativa de golpe de Estado.

O bolsonarismo fez tão mal a este país, senhor presidente, que hoje surgem teorias fantasiosas e narrativas tentando esconder aquilo que foi orquestrado pelo bolsonarismo e pela extrema direita neste país, que foi a tentativa de um golpe de Estado e que permite estarmos aqui, hoje. Permite, inclusive, major, que o senhor possa estar aqui, falando e contando a sua versão do que ocorreu, porque, sem a democracia, se o golpe tivesse vingado, nós não estaríamos aqui, hoje.

Eu quero voltar este depoimento para a linha dos fatos. Primeiro, o depoimento do senhor, major, é importante, porque ele confirma, mais uma vez, uma tese que nós estamos levantando nesta CPI que é fundamental para a investigação: a de que o dia 8 não foi obra do acaso; o dia 8 não foi, como disse o governador Ibaneis, fruto apenas de um apagão. O apagão aconteceu, o senhor acabou de relatar, inclusive; mas não foi coincidência, houve um planejamento. Ou, no caso, falta dele. Mas foi orquestrado o apagão das forças de segurança no dia 8.

O senhor disse algumas vezes aqui que nunca viu acontecer várias ações e fatos como aconteceu no dia 8, a começar pela sua indicação informal, por telefone, na véspera. Foi planejado, havia a intenção, e permitiu-se que os golpistas invadissem a Esplanada, a Praça dos Três Poderes e chegassem aos prédios da República.

É importante dizer, major, que o dia 8 não está desconectado do que aconteceu no dia 12 de dezembro, do que quase aconteceu no dia 24 de dezembro – um atentado terrorista no aeroporto de Brasília –, do que aconteceu nos acampamentos em frente ao Quartel-General e das várias declarações do ex-presidente da República, desacreditando o sistema eleitoral, as urnas e pedindo para a população ir às ruas contestar o resultado legítimo das eleições do dia 30 de outubro do ano passado.

Eu quero resgatar aqui, major, alguns desses erros do dia 8, que não foram coincidência. Alguém mandou apertar o disjuntor do apagão do dia 8! Não houve classificação de risco da manifestação, como o documento que o deputado Hermeto trouxe e lembrou... Nós já lembramos isto aqui várias vezes: a sua escalação verbal; a abertura das linhas; o baixo efetivo; até munição, o senhor relatou aqui, faltou.

Eu digo isso, major, porque a Polícia Federal, na CPMI do Congresso Nacional, agora, presidente, apresentou um documento que deve estar, obviamente, em conhecimento desta CPI e, provavelmente, constará no relatório do nosso relator, que diz o seguinte: na reunião do dia 7 com a coronel Cintia, a Polícia Federal pediu o fechamento da Esplanada para qualquer pessoa. De acordo com a Polícia Federal, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal respondeu que não era preciso fechar a Esplanada.

Houve um erro gravíssimo de avaliação. Na nossa opinião, intencional. Eu pergunto ao senhor, major: o coronel Casimiro, que veio aqui – o senhor também o citou várias vezes –, responsabilizou, no depoimento dele, o senhor pelos erros na operação e também responsabilizou o coronel Paulo José, do DOP – se não me engano, na época ele estava à frente do DOP –, por ter aberto a Esplanada.

O senhor disse que não houve planejamento. Vários coronéis que se sentaram nestas cadeiras disseram que houve planejamento e que o problema foi porque a Polícia Militar não cumpriu o planejamento.

Eu quero fazer esta pergunta novamente. Houve planejamento? Ele foi cumprido ou não? E quem era o responsável por cumprir o planejamento da Secretaria de Segurança Pública no dia 8 de janeiro?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, se houve – se houve – planejamento, não foi entregue a mim. Novamente afirmo para V.Exa.: fui escalado de véspera, verbalmente. Não me foi entregue escala de serviço, não me foi entregue ordem de serviço. Quem era o comandante da operação era o coronel Casimiro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Major, vou fazer mais uma questão.

Aqui, passaram vários policiais, generais do Exército, inclusive. Vários deles falaram dos princípios das forças de segurança do militarismo: hierarquia e disciplina.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Perfeito.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Estou correto?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim, senhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nesse caso da hierarquia, alguém precisa ser responsabilizado,

então, por não passar o planejamento para o senhor, que foi escalado. Isso procede ou eu estou também fugindo da realidade, como alguns colegas tentaram fugir aqui?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, o que é que acontece? O comandante da operação... Como a minha função era somente distribuir... Se o senhor me permite, de uma forma mais coloquial, eu iria preparar o terreno para que a pessoa que fosse assumir... estivesse tudo certinho, tudo redondo. O senhor desculpa a forma um pouco coloquial que eu estou colocando essa questão. Então, a minha responsabilidade era deixar.. distribuir o policiamento e deixar que a Esplanada fosse... tivesse... pessoas mal-intencionadas entrassem...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A sua tarefa era não deixar acontecer o que aconteceu.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Isso! Perfeito! Não deixar que entrassem objetos que pudessem causar aquela confusão toda. Então, o que é que acontece? Talvez, nada foi entregue para mim porque eu já sabia que eu não era o comandante da operação. Então, eu só iria executar aquela ordem que foi dada e, depois, o comandante da operação iria, de fato, literalmente, comandar a manifestação. Então, não me foi passado nada porque essa não era a minha função. Eu não iria comandar.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Major, o senhor, para mim, faz uma declaração fundamental para esta CPI: o planejamento não foi executado porque não quiseram que fosse executado! Alguém não quis que o planejamento não fosse executado. Isso é decisivo para a linha de investigação. Quem é o responsável?

A invasão aos prédios, presidente Chico Vigilante, teve apoio de dentro das forças de segurança, infelizmente – infelizmente –, porque alguém não quis que o planejamento fosse cumprido.

Eu agradeço, major, a sua fala.

Quero tratar agora de algumas questões da operação do dia 8. O senhor disse que o efetivo foi pequeno. Já trataram dessa questão, mas vou insistir nela. Se a Força Nacional se colocou à disposição para ajudar, não deveria, do ponto de vista da operação, já havendo a avaliação em campo de que o efetivo era baixo e pequeno, haver mais homens em campo?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, sim, se eu tivesse o conhecimento, se chegasse a informação de que: “Ah, vai ter invasão de prédio público”, enfim, as informações que foram repassadas no grupo de WhatsApp pela Abin, no dia 8 de janeiro, às 10 horas... obviamente, excelência. Quanto mais policiais presentes, melhor. Claro. Claro. Com certeza. Só que, até então, esse tipo de informação não chegou para mim. E eu recordo que eu não tinha nenhum tipo de informação, inclusive, se iria haver a descida dos manifestantes ou não. Então, se fosse só para aquele público que estava presente no período da manhã, sim. O policiamento ali era efetivo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas eles desceram, não é, major?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Mas como eu não recebi informação... Se eu soubesse de que haveria, sim...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Major, permita-me mais uma questão.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Por favor, só para concluir, perdoa-me. Se eu soubesse desse tipo de informação... Mesmo que eu soubesse, eu não tinha autoridade e autonomia para autorizar essa situação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quem tinha autoridade e autonomia para isso?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu iria reportar ao meu superior imediato, que seria o coronel Casimiro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ok.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Eu iria sugerir para ele... porque, em nenhum momento, eu tinha poder e autoridade. Eu iria fazer sugestões, como eu sempre fiz sugestões ao longo de toda essa

semana do dia 8.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O meu tempo é diferente do tempo do presidente e do relator. Ele acaba. Então, vou fazer uma pergunta para o senhor: você faria diferente, hoje, sabendo das informações que o senhor não tinha na época? Se fosse, hoje, com todas as informações, o senhor teria agido diferente? Aceitado, por exemplo, a Força Nacional? Não teria liberado a linha de choque na descida para o Supremo Tribunal Federal?

E pergunto isso, major, porque aquele recuo... O senhor explicou o motivo, inclusive, disse que um dos motivos era a falta de munição e que os manifestantes, terroristas, golpistas, não sabiam que a Polícia Militar... O senhor não acha que essa decisão é equivocada no sentido – e as imagens mostram isto – de que a mensagem passada para o golpista, que queria invadir um prédio público, que estava agredindo policiais militares... Eles tinham convicção de que tinham o apoio dos militares, inclusive. Este era o sentimento de quem estava lá: os militares apoiavam. O objetivo era invadir o Congresso para forçar o Exército a chamar a GLO e apoiar o movimento.

O senhor não acha que, ao abrir a linha, a mensagem que se passou para quem estava mal-intencionado, criminosamente tentando um golpe de Estado, não era: "Opa, a Polícia Militar, agora, está nosso lado. Vamos invadir." O senhor faria diferente se fosse hoje?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Excelência, para salvar uma vida, eu faria. Mas eu gostaria de deixar muito claro e muito explícito aqui para os senhores: não houve recuo. Não houve. Eu recebi um chamado para resgatar policiais militares feridos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quem chamou, major?

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – O ajudante de ordens do comandante-geral que estava dentro do Congresso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ele que pediu...

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para aquela linha sair.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Sim. E, inclusive, excelência, quando eu saio com as viaturas, a linha de choque não é desfeita. A linha de choque permanece. Não houve... O recuo se dá por uma questão técnico-operacional. Uma vez que acabam as munições de baixa letalidade da tropa de choque que está ali disposta na via S1... A tropa de choque trabalha tecnicamente. Uma linha de choque trabalha com distância do manifestante. Uma vez que acabam as munições de baixa letalidade, estamos lidando ali com uma tropa repressiva. Então, uma vez que acabam as munições de baixa letalidade, aquele efetivo recua. E ele recua sabe para onde, excelência? Ele recua para... Ele se posiciona do lado do Supremo Tribunal Federal. E, diga-se de passagem, excelência, infelizmente, aquele vídeo – que inclusive o nosso presidente postou, que é de uma reportagem –, aquele vídeo está editado. Uma vez que eu saio com as viaturas da Patamo para resgatar o comandante-geral e outros policiais feridos, salvar vidas, só depois de quase 20 minutos é que os manifestantes invadem.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Major, eu vou interromper porque eu só tenho 20 segundos e eu não queria terminar antes de falar uma situação que é da mensagem.

FLÁVIO SILVESTRE DE ALENCAR – Certo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor disse que foi uma brincadeira. Eu queria só fazer um alerta porque várias pessoas estão nos ouvindo. Com crime não se brinca. Pedir golpe de Estado não é brincadeira em lugar nenhum, nem na intimidade, porque legítima, por exemplo, o senhor Eduardo Bolsonaro dizer que basta um cabo e um soldado para fechar o Supremo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Gabriel Magno. Aqui eu trato todo mundo com o mesmo rigor.

Eu queria deixar uma coisa absolutamente clara aqui para as pessoas que estão assistindo a

esta CPI. Em todas as nossas reuniões é falado aqui que nós não aceitamos a convocação de um fotógrafo. Esse requerimento foi aqui apresentado por duas vezes e por duas vezes foi rejeitado, porque nós efetivamente estamos defendendo a liberdade de imprensa. Esse fotógrafo é de uma das maiores agências de notícias do mundo, chamada Reuters.

Portanto, nós rejeitamos a convocação do Sr. Adriano por duas vezes e vamos continuar mantendo a não convocação, porque nós defendemos para valer e não apenas na fala a liberdade de imprensa do nosso país. Portanto, fotógrafo, jornalista, repórter fotográfico, cinegrafista têm o direito de trabalhar e captar as melhores imagens.

Obrigado a todos os deputados pela presença nesta reunião.

Tendo cumprido a pauta e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 19ª reunião ordinária desta CPI.

Muito obrigado. Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h42min.)



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Taquigrafia, em 07/08/2023, às 10:20, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 1283641 Código CRC: BED21E6E.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3— CEP 70094-902— Brasília-DF— Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1283641v17